



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PRPGP  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL – PPGDR**

**JANUÁRIO DA SILVA BELO**

**ANÁLISE DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE DÍLI /TIMOR- LESTE A  
PARTIR DE SUA RESTAURAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA  
EM 2002**

**CAMPINA GRANDE – PB  
2015**

**JANUÁRIO DA SILVA BELO**

**ANÁLISE DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE DÍLI /TIMOR- LESTE A  
PARTIR DE SUA RESTAURAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA  
EM 2002**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR/UEPB como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Cidoval Morais de Sousa

**CAMPINA GRANDE – PB**

**2015**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

B452a Belo, Januário da Silva.  
Análise do processo de urbanização de Díli/Timor- Leste a partir de sua restauração da independência em 2002 [manuscrito] / Januário da Silva Belo. - 2015.  
102 p.

Digitado.  
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2015.  
"Orientação: Prof. Dr. Cidival Morais de Sousa, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa".

1. Planejamento urbano. 2. Desigualdade social. 3. Desenvolvimento social. I. Título.

21. ed. CDD 711.4

**JANUÁRIO DA SILVA BELO**

**ANÁLISE DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE DÍLI /TIMOR- LESTE A  
PARTIR DE SUA RESTAURAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA  
EM 2002**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Desenvolvimento Regional – PPGDR/UEPB como  
parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre  
em Desenvolvimento Regional.

Aprovada em: 21/07/2015.

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof. Dr. Cidoval Morais de Sousa – PPGDR/UEPB  
Orientador



---

Prof.ª Dr.ª Ângela Maria Cavalcanti Ramalho – PPGDR/UEPB  
Banca examinadora (Interna)



---

Prof. Dr. Antônio Roberto Faustino da Costa – PPGDR/UEPB  
Banca examinador (Externa)

Este trabalho é dedicado a Deus, Todo-Poderoso ajudante, ao espírito do meu pai, às famílias que já se foram aos meus três filhos e à mãe deles, a quem amo muito e para sempre serão incorporados no meu coração.

## AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, quero agradecer a Deus Todo Poderoso e a Maria Mãe Santíssima de Deus, a todos os Anjos e Santos do reino de Deus, que sempre me deram a bênção de uma vida com saúde e tranquilidade, o que me permitiu levar a cabo os meus estudos no Brasil.

Não posso esquecer todos aqueles que me acompanharam nesta aventura de estudar na Universidade Estadual da Paraíba. Por isso, agradeço:

O meu orientador, Professor Doutor Cidival Moraes de Sousa.

Ao Professor Dr. José Luciano Albino, como coordenador do Mestrado em Desenvolvimento Regional, que, no início, compreendeu as minhas dificuldades e sempre me auxiliou e apoiou no estudo de diversos materiais, cuja preocupação e dedicação foram além de suas prerrogativas, disponibilizadas ainda a gentileza de me ajudar a superar a minha dificuldade.

À Professora Doutora Maria Ângela Cavalcanti Ramalho.

À Professora Mestre Roberta Soares Paiva, como a revisora linguística e das normas da ABNT do meu trabalho.

Ao Governo de Timor-Leste, através do Gabinete de Bolsas de Estudo, que, independentemente de todas as dificuldades e carências que atravessou, conseguiu oferecer bolsas de estudo aos Timorenses para que pudessem frequentar cursos de mestrado no Brasil.

À minha família que, durante esse tempo todo, me deu o seu apoio moral e compressão, apesar da grande distância. Porque sem essas atenções e auxílios, esta dissertação não poderia ter sido concluída.

Acredito que, com todas as ajudas de todos componentes, conseguiremos construir um futuro melhor para o país do Sol nascente.

Por último, quero também agradecer a todos os outros que não mencionei, mas cuja colaboração me foi preciosa. Muito obrigado!

Em particular, eu tenho uma luta, o sofrimento, a dificuldade em meu coração. Mas a diferença é que as pessoas que lutam para o futuro da minha família e da nação é um Deus que nunca se nega a dar a vitória.

Januário da Silva Belo

## RESUMO

A urbanização é uma questão de política pública que todos os países no mundo inteiro utilizam para desenvolver as cidades centrais. Porque a questão de urbanização em cidades é crucial, principalmente naquelas que ainda utilizam-se do sistema administrativo como forma de centralização das ações do governo, a exemplo do Timor-Leste. O problema mais importante enfrentado pelo governo timorense hoje é a urbanização em cidades, especialmente em Díli, pois, na condição de capital do Estado, deve ser considerada como cidade ideal. Isto porque a cidade ideal deve atender aos seguintes critérios: bons arranjos de tráfego, existência de locais destinados ao lazer, moradia próxima ao local de trabalho etc. O objetivo do este trabalho para analisar o processo da urbanização da cidade de Díli/Timor-Leste após da sua restauração da independência em 2002. Porque em nesta cidade, atual ainda existe diversos conflitos é que existe na capital; conflito da terra, as desigualdades sociais, falta de saneamento, pouca fonte de água, insuficientes para suprir adequadamente a demanda por energia elétrica de todas as pessoas que residem na zona urbana. Por outro lado, o conceito de desigualdade social é um guarda-chuva que compreende os diversos tipos de desigualdades, desde a de oportunidade, até a de acesso à escolaridade, de renda, de gênero etc. De modo geral, a desigualdade econômica – a mais conhecida – é chamada imprecisamente de desigualdade social, causada pela distribuição desigual da renda. No Timor-Leste, o problema da desigualdade social é categórico, uma vez que levanta questões de disparidade salarial entre funcionários públicos, membros do Parlamento e membros do Governo. Pode-se dizer que ocorre uma discrepância quanto ao piso e ao teto salarial desses funcionários. O desenvolvimento é outro problema sério enfrentado pelo governo timorense. Por esse motivo, ele estabeleceu um Plano Estratégico do Desenvolvimento (PED) em longo prazo, para o período de 2011 a 2030, integrando vários planos estratégicos de diferentes departamentos do país. Impulsionado por diversas pesquisas e diagnósticos setoriais que concebem os Relatórios Preliminares dos Planos de Urbanização das cidades de Díli e Baucau, o PED pretende o estabelecimento dos princípios que informaram os planos por orientação do desenvolvimento em área urbana no Timor-Leste. O Plano Estratégico de Desenvolvimento do país é uma visão em longo prazo, que reflete as aspirações do povo timorense relativamente à criação de uma Nação forte e próspera. O Governo do Timor-Leste elaborou este plano para desenvolver e inspirar as mudanças, apoiar ações coletivas ousadas e considerar um futuro melhor para seus habitantes.

**PALAVRA-CHAVES:** Desenvolvimento. Urbanização. Política Pública.



## **ABSTRACT**

Urbanization is a matter of public policy that any country in the world uses to develop the central cities. Because the issue of urbanization in cities is crucial, especially those who still use the centralizing administrative system as a way of government actions, such as the East Timor. The most important problem faced by the East Timor government today is urbanization in cities, especially in Dili, therefore, in the state capital of condition, should be considered as an ideal city. Because the ideal city is must meet the following criteria: good traffic arrangements, the existence of places for leisure, housing next to the workplace etc. The goal of this work to analyze the process of urbanization of Dili city / east Timor from its after restoration independence in 2002. Because in this city, current still exists is that many conflicts in the capital; land conflict, social inequality, lack of sanitation, poor water supply, insufficient to adequately meet the demand for electricity of all people residing in the urban area. On the other hand, the concept of social inequality is an umbrella that covers the various types of inequality, since the opportunity to access education, health, income, gender etc. Generally, economic inequality - the best known - is loosely called social inequality caused by unequal distribution of income. In East Timor, the problem of social inequality is categorical as it raises wage disparity issues among civil servants, members of parliament and government officials. It can be said that a discrepancy occurs on the floor and the salary cap these employees. Development is another serious problem faced by the East Timor government. For this reason, he established a Strategic Development Plan (SDP) in the long term, for the period 2011 to 2030, integrating various strategic plans of different departments of the country. Driven by various research and diagnostics industry who design the Preliminary Report of the Urban Plans of the cities of Dili and Baucau, the developing countries want to establish the principles that informed the plans under the guidance of developing urban area in Timor-Leste. The Strategic Plan Country Development is a long-term vision, which reflects the aspirations of the East Timore people on the establishment of a strong and prosperous nation. The Government of Timor-Leste has developed this plan to develop and inspire change, support bold collective actions and consider a better future for its people.

**KEY WORD:** Development. Urbanization. Public policy.

## LISTAS DE TABELA

<b>TABELA 1</b>	POPULAÇÃO URBANA E RURAL POR DISTRITO, 2010 .....	<b>57</b>
<b>TABELA 2</b>	ENSINO SECUNDARIO NO TIMOR-LESTE .....	<b>65</b>
<b>TABELA 3</b>	ESTUDANTES QUE CONLCUIRAM OS SEUS ESTUDOS (DADOS ACUMULATIVOS ATE 2011).....	<b>67</b>
<b>TABELA 4</b>	REDUZIR A MORTALIDADE DE INDFANTIL .....	<b>71</b>

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 01</b>	Solenidade do Prêmio Nobel da Paz.....	<b>32</b>
<b>FIGURA 02</b>	Mapa do Timor-Leste.....	<b>41</b>
FIGURA 03	Mapa-múndi com as bandeiras dos países membros da CPLP.....	<b>47</b>
FIGURA 4	Mapa de Cidade de Díli.....	<b>81</b>

## LISTAS DOS GRAFICOS

<b>GRAFICO 1</b>	PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO COM ACESSO A FONTES DE ÁGUA MELHORADAS NAS ZONAS RURAIS E URBANAS, TIMOR LESTE, 2001 – 2015 (%) .....	<b>56</b>
<b>GRAFICO 2</b>	DENSIDADE POPULAÇÃO URBANO E RURAL POR DISTRITO.....	<b>58</b>
<b>GRAFICO 3</b>	DENSIDADE POPULAÇÃO NAS AREAS URBANAS NO TIMOR-LESTE .....	<b>58</b>
<b>GRAFICO 4</b>	PORCENTAGEM POPULAÇÃO QUE MORAM NAS AREAS RURAIS.....	<b>59</b>
<b>GRAFICO 5</b>	RÁCIO LÍQUIDO DE MATRÍCULAS NO ENSINO PRIMÁRIO, POR LOCALIDADE E SEXO, TIMOR-LESTE, 2007.....	<b>64</b>
<b>GRAFICO 6</b>	TOTAL ESTUDANTES, PROFESSORES E EDIFICIO NO TIMOR-LESTE .....	<b>66</b>
<b>GRAFICO 7</b>	TOTAIS ESTUDANTES GRADUADOS ENTRE MASCULINO E FEMINO EM TODAS A UNIVERSIDADES E INSTUITOS NO TIMOR-LESTE .....	<b>68</b>
<b>GRAFICO 8</b>	PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO COM ACESSO A SANEAMENTO MELHORADO NAS ZONAS RURAIS E URBANAS, TIMOR-LESTE, 2001-2015 (%) .....	<b>73</b>
<b>GRAFICO 9</b>	PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO COM ACESSO A SANEAMENTO MELHORADO, TIMOR-LESTE, 2000-2015 (%).....	<b>73</b>
<b>GRAFICO 10</b>	DENSIDADE PPOPULAÇÃO EM CIDADE DILI .....	<b>80</b>
<b>GRAFICO 11</b>	RÁCIO DO FOSSO DA POBREZA, TIMOR-LESTE, 2001-2015.....	<b>92</b>
<b>GRAFICO 12</b>	PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO ABAIXO DO LIMAR NACIONAL DA POBREZA NO TIMOR-LESTE, 1996-2007.....	<b>93</b>

## LISTA DE SIGLAS

<b>AAA</b>	Agenda da Ação de Acra
<b>APODETI</b>	Associação Popular Democrática Timorense
<b>ASDT</b>	Associação Social-Democrata Timorense
<b>AIETD</b>	<i>All-inclusive intra East-Timor Dialog</i>
<b>ASEAN</b>	Associação das Nações Sudeste Asiático
<b>CAAC</b>	Comissão para os Assuntos dos Antigos Combatentes
<b>CAVF</b>	Comissão para os Assuntos dos Veteranos das FALINTIL
<b>CAQR</b>	Comissão para os Assuntos dos Quadros da Resistência
<b>CCF</b>	Comitê Central da FRETILIN
<b>CNRM</b>	Conselho Nacional da Resistência Maubere
<b>CNRT</b>	Conselho Nacional da Resistência Timorense
<b>CPLP</b>	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
<b>CPN</b>	Comissário da Política Nacional
<b>CRRN</b>	Conselho Revolucionário da Resistência Nacional
<b>DSMPPTL</b>	<i>Dewan Solidaritas Mahasiswa Pemuda Pelajar Timor-Leste</i>
<b>ETSSC</b>	<i>East Timor Student Solidarity Council</i>
<b>FALINTIL</b>	Forças Armadas pela Libertação da Independência do Timor-Leste
<b>FORSAREPTIL</b>	<i>Forum Sarjana Pro Refrendum da Pembangunan Timor-Leste</i>
<b>FDTL</b>	Forças de Defesa do Timor-Leste
<b>FRETILIN</b>	Frente Revolucionária de Timor-Leste Independência
<b>INL</b>	Instituto Nacional da Língua
<b>INTERFET</b>	<i>International Force For East Timor</i>

<b>GFFTL</b>	Grupo Feto Foinsae Timor Lorosae
<b>MDR</b>	Mestrado em Desenvolvimento Regional
<b>ODM</b>	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PED</b>	Plano Estratégia de Desenvolvimento
<b>PKF</b>	<i>Peace Keeping Force</i>
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>RDTL</b>	República Democrática do Timor-Leste
<b>UDT</b>	União Democrática Timorense
<b>UNAMET</b>	<i>United Nations Mission East Timor</i>
<b>UNTAET</b>	<i>United Nations Transitional Admistrations In East Timor</i>
<b>UNTIM</b>	<i>Universitas Timor-Timur</i>
<b>UNMIT</b>	United Natios integrated Mission in East Timor
<b>UNMISSET</b>	<i>United Nations Mission of Suport in East Timor</i>
<b>UNOTIL</b>	<i>United Natios Office In Timor-Leste</i>
<b>UNTL</b>	Universidade Nacinal de Timor Lorosa'e

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	17
1.1 PROBLEMATIZAÇÃO .....	19
1.2 JUSTIFICATIVA.....	20
1.3 Objetivos.....	21
1.3.1 Geral.....	21
1.3.2 Específicos .....	21
<b>2. CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIOPOLÍTICO DO TIMOR- LESTE</b> .....	22
2.1 Descoberta e Colonização da Ilha de Timor.....	22
2.1.1 A Segunda Guerra Mundial e a ocupação japonesa .....	23
2.1.2 A Revolução em Portugal e a Ocupação Indonésia .....	24
2.2 Governo Pós-Colonial .....	28
2.2.1 Estratégia e Estrutura de Resistência do Povo Timorense (maubere) .....	29
2.2.2 O Massacre de Santa Cruz, em 12 de novembro de 1991.....	31
2.2.3 Prêmio Nobel da Paz .....	32
2.2.4 A Formação de Dewan Solidaritas Mahasiswa Pemuda Pelajar Timor- Leste (DSMPPTL) e a Campanha do Referendo em 1999 .....	33
2.2.5 Os Acordos de Nova Iorque no dia 5 de maio de 1999.....	38
2.2.6 Cronologia e contribuição das cinco missões da Organização das Nações Unidas no Timor-Leste (de 1999 a 2012).....	39
2.3 Independência do Timor-Leste.....	41
2.3.1 Restauração da Independência .....	41
2.3.2 Golpe Militar de 2006.....	43

2.3.3	Evolução da Política no Pós-Golpe Militar de 2006.....	45
2.3.4	Construção do Estado-Nação Timor-Leste .....	46
2.3.4.1	Relações Internacionais .....	47
2.3.4.2	Comunidade de Países de Língua Portuguesa.....	48
2.3.4.3	Relação Bilateral .....	49
<b>3.</b>	<b>ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO DO TIMOR-LESTE .....</b>	<b>51</b>
3.1	Plano Estratégico.....	51
3.2	Planejamento e Gestão da Área Urbana em Díli.....	55
3.2.1	Habitação .....	58
3.2.2	Educação.....	61
3.2.2.1	O Sistema Educacional do Timor-Leste.....	61
3.2.2.2	Estabelecimento da Lei de Bases da Educação .....	63
3.2.2.3	Mudanças no Sistema Educacional Timorense em Decorrência da Promulgação da Lei de Bases da Educação -2008 .....	64
3.2.2.4	Duas Línguas no Processo de Ensino-Aprendizagem .....	69
3.2.3	Saúde.....	71
3.2.4	Transporte .....	75
3.2.5	Segurança .....	75
3.2.5.1	A formação F-FDTL.....	76
3.2.5.2	A Formação PNTL.....	78
3.3	Construção do Espaço Urbano .....	79
3.3.1	Compartimentação da Área urbana .....	80
3.3.2	A Dinâmica Urbana.....	83



<b>4. DESAFIOS E LIMITAÇÕES NO PLANEJAMENTO URBANO DA CIDADE DE DÍLI</b> .....	86
4.1 Ocupações do Espaço na Zona Urbana e os Conflitos de Terra.....	87
4.2 Limitação dos Recursos Humanos.....	89
4.3 Não Unificações Entre Líderes e os Combatentes dos Libertadores.....	90
4.4 As Desigualdades Sociais no Desenvolvimento do Timor-Leste .....	92
4.5 Índices de Desemprego no País do Sol Nascente .....	95
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	97
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	99

## 1. INTRODUÇÃO

Na época da Restauração da Independência, Timor-Leste se tornou o nome oficial de um país. Este nome foi aprovado no dia 20 de maio de 2002, mediante a decisão dos membros da Assembleia Constituinte que foi criada para tratar da administração da transição das Nações Unidas para o Timor-Leste (UNTAET). Esta decisão foi oficialmente expressa na Constituição da República Democrática do Timor-Leste, embora o nome seja conhecido desde a era colonial portuguesa e o posterior período da ocupação ilegal do país pela Indonésia.

Antes desta mudança do nome oficial do país sancionada pela Constituição, a comunidade internacional o conhecia como *East-Timor*. O país se situa ao lado da parte oriental da ilha indonésia de Timor, mas é um Estado soberano, o território de uma nação, que abrange o território principal, as ilhas de Ataúro, Jacó e o enclave de Oecussi em Timor Ocidental, sendo rodeado pelo território da Indonésia.

A política estratégica nacional do desenvolvimento permitiu a estabilidade nacional, conferindo, por sua vez, ao recém-país independente o Estado soberano de nação. Essa oportunidade permitiu ao Timor-Leste erigir suas estruturas de governo e de tomada de decisão. O presidente da República, o Parlamento Nacional, o Governo e o Poder Judiciário são os quatro pilares da soberania, que garantem atualmente para o país um ambiente de paz, rumo ao desenvolvimento político, econômico e social.

Por outro lado, não se trata apenas de um país novo, mas também se deve considerar que a maioria da população é composta de jovens. Para além da estabilidade nacional, a oferta de emprego permanece um fator crítico em prol da manutenção de um ambiente pacífico e estável, tão necessário para que um país cresça e a economia floresça em benefício do bem comum.

Isto porque desenvolvimento e planejamento devem estar sempre lado a lado, pois o desenvolvimento é sempre precedido por um planejamento adequado. Podemos dizer que, sem planejamento, talvez não aconteça o desenvolvimento no país. Tal realidade é tanto pior quando ocorre em um país novo, como o Timor-Leste, que protagonizou a sua Restauração da Independência no século XXI. Portanto, para construir um novo país, é

essencial estimular um planejamento adequado especialmente planejamento urbano para construir na zona urbana ou urbanização em área urbana. Depois de erigido um bom plano, pode-se começar a realizar o desenvolvimento, que visa a libertar o povo de uma variedade de dificuldades.

O desenvolvimento é um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma.

O planejamento é um processo contínuo e dinâmico que consiste em um conjunto de ações intencionais, integradas, coordenadas e orientadas para tornar realidade um objetivo futuro, de forma a possibilitar a tomada de decisões antecipadamente. Essas ações devem ser identificadas de modo a permitir que elas sejam executadas de forma adequada e considerando aspectos como o prazo, custos, qualidade, segurança, desempenho e outras condicionantes.

Assim, um planejamento bem realizado oferece inúmeras vantagens à equipe de projetos. Tais como: controle apropriado, produtos e serviços entregues conforme requisitos exigidos pelo cliente, melhor coordenação das interfaces do projeto, possibilita a resolução antecipada de problemas e conflitos e propicia um grau mais elevado de assertividade nas tomadas de decisão.

A partir do exposto, este estudo tem como objetivo analisar o processo da urbanização da cidade de Díli/Timor-Leste a partir da sua restauração após a independência em 2002. Para o desenvolvimento do estudo foi necessário uma pesquisa bibliográfica sobre as variáveis em tela, considera-se que a literatura existente ainda não é consistente para identificar de forma ampla todos os entraves para o processo de desenvolvimento urbano com ampliação de estratégica para um planejamento adequado no Timor-Leste.

Nesse sentido, o estudo utiliza com recurso principal a pesquisa documental, evidentemente que a análise da documentação efetuada pelo pesquisador deve ir além das aparências dos acontecimentos, e dos conteúdos que estes demonstram além investigar outras áreas e disciplinas que envolvam o objeto estudado.

Fez-se necessário utilizar um recorte da pesquisa qualitativa com aplicação de entrevistas realizada com ex-coordenador do Grupo de Estudantes Solidariedade do Timor-Leste para falar sobre os conflitos de terra em Dili.

Contudo, é necessário pontuar que o trabalho de pesquisa exige uma atenção ampla com o material a ser trabalhado, no sentido de perceberem-se todas as nuances que o envolvem. Os acontecimentos históricos devem ser questionados, para que possam ser verificados segundo o entendimento do pesquisador que o inquire, além dos caminhos e pontos que estão presentes na memória escrita. Sempre se deve analisar sob todos os ângulos possíveis o objeto colocado como centro de uma investigação.

Como alerta Certeau (2002, p. 34) que uma leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente.

Sendo assim, a fim de atender os objetivos traçados, o estudo apresenta quatro capítulos: Introdução. O segundo capítulo traz contexto histórico e sociopolítico do Timor-Leste, o terceiro capítulo sistematiza as estratégias para o desenvolvimento urbano Dili e o quarto capítulo apresenta os desafios e limitações e estratégias na perspectiva de um planejamento urbano da cidade de Díli.

## **1.1 PROBLEMATIZAÇÃO**

O estado do recém-independentes de Timor-Leste - cerca de 13 anos - ainda tem muitos obstáculos em vários aspectos do desenvolvimento social economica como, por exemplo, educação, saúde e política. Como um país independente tem que aceitar a responsabilidade por quaisquer deficiências que está sendo vivenciando. Por isso, o governo tem que procurado melhorar dos recursos humanos na área da educação e em outros areas nesta divisão.

Podemos dizer que os países recém-independentes que realizam um plano de desenvolvimento em áreas urbanas são necessários tomar decisões que podem beneficiar todos os níveis da sociedade nas áreas urbanas.

Há que se verificarem as políticas públicas como fez o Brasil em sua Constituição de 1988, art 182, que afirma que “a política de desenvolvimento urbano tem por objetivo ordenar o plano de desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar dos seus habitantes”. E ainda afirma que “a propriedade urbana cumpre sua função social, quando atende às exigências do Plano Urbano, desde que o Plano Urbano é considerado pela Constituição como um instrumento básico da política de desenvolvimento urbano dos municípios com mais de 20.000 habitantes”. Segundo a Constituição do Brasil o “interesse da sociedade sobre o interesse privado - Relação idealizada Ex: Poder público pode exigir do proprietário do solo urbano não edificado ou sub-utilizado - uso adequado - conseqüente parcelamento - imposto progressivo ou desapropriação”.

A partir do enfoque elucidado questiona-se: *como se deu o processo da urbanização da cidade de Díli/Timor-Leste a partir da sua restauração após a independência em 2002?*

## **1.2 JUSTIFICATIVA**

A cidade Dili é a Capital de Timor-Leste, é uma parte de território que muito precisa de ações e propostas de planejamento no processo de urbanização, porque esta cidade é muito pequena e a densidade populacional é muito grande. Considerando que esta capital do país é um espaço lamentavelmente agraciado por problemas sociais: conflitos de terra e infraestrutura básica, educação e saúde precária. Mais também é um espaço com beleza natural com potencial para a implementação de atividades econômicas no terceiro setor para gerar serviços de caráter público.

O rompimento desses obstáculos de atraso sobre o planejamento do desenvolvimento urbano é uma questão antes de tudo de rupturas, estimular novas maneiras de convivência com a decisão política do planejamento urbanização, o fenômeno essa barreira e não responsável diretamente pela miséria e atraso.

Assim apresentamos três razões que motivaram e justificam a escolha do tema: as lacunas teóricas sobre processo da urbanização da cidade de

Díli/Timor – Leste, falta de um planejamento estratégico para o processo de desenvolvimento urbano, outro fator principal é a experiência de ação política vivenciada pelo pesquisador e a vontade de contribuir para o processo de desenvolvimento do país.

### **1.3 Objetivos**

#### **1.3.1 Geral**

- Analisar o processo da urbanização da cidade de Díli/Timor-Leste a partir da sua restauração após a independência em 2002.

#### **1.3.2 Específicos**

- Contextualizar o processo de urbanização pelo qual o país está passando;
- Estudar a política de planejamento urbano no país suas características entraves;
- Analisar os conflitos pela posse da terra em áreas urbanas.

## 2. CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIOPOLÍTICO DO TIMOR- LESTE

### 2.1 Descoberta e Colonização da Ilha de Timor

O Timor-Leste, ou Timor Lorosa'e, foi à primeira nação a se tornar independente no século XXI e, atualmente, é o único Estado lusófono na Ásia, tendo sido descoberto pelos portugueses no século XVI, em 1512. Quando os missionários portugueses pisaram pela primeira vez na ilha de Timor, nomearam temporariamente o local onde atracou, na costa da parte norte da porção ocidental da ilha, de Enclave de Oecusse. Além disso, quando os portugueses aportaram na ilha, descobriram sândalo, essencial para perfumaria, vem como madeira nobre para a produção de móveis de luxo e mel em abundância praticamente em toda a extensão da ilha do Crocodilo.

A baixa lucratividade auferida em Timor fez com que Lisboa nomeasse um Governador exclusivo para aquele território somente no século XVII. Mesmo assim, essa autoridade permaneceu dependente dos recursos e facilidades existentes em Goa, outra colônia portuguesa, localizada na Índia. Durante o período da União Ibérica, os holandeses ocuparam a parte ocidental da ilha, atualmente território indonésio de Timor Oeste.

A presença do português como colonizador naquela época oprimiu sobremaneira a vida das pessoas. Os jovens com idade superior a 17 anos tinham que pagar impostos. Portanto, muitos filhos e filhas do Timor-Leste não frequentavam a escola. Por outro lado, pode-se dizer que o sistema de ensino nesse momento era voltado exclusivamente para a elite, embora as pessoas do povo pressionassem a instituição em prol do acesso à educação. Isto porque a causa dos altos impostos também era o custo da educação<sup>1</sup>.

Consequentemente, isso resultou em um alto índice de indivíduos que não falavam ou escreviam em Língua Portuguesa, situação que se perpetua até os dias atuais. Mesmo assim, não obstante o fato de a população ter sido vítima de um processo de exclusão social pela negação ao conhecimento institucionalizado, nós, timorenses, como cidadãos, também devemos nos

---

<sup>1</sup> Disponível em <[www.cavr-timorleste.org/chegaFiles/](http://www.cavr-timorleste.org/chegaFiles/)>-Capitulo 3, Historia-do-Conflito, p. 12, em PDF. Acesso em 15 de agosto de 2014.

esforçar para sermos capazes de resolver os problemas que permanecem dificultando a qualidade de vida do país.

### **2.1.1 A Segunda Guerra Mundial e a ocupação japonesa**

Após a I Grande Guerra Mundial, o Japão ofertou expressiva quantia monetária para comprar o território do Timor Português, o que foi oficialmente rejeitado pelo governo de Salazar, em 1932.

Como o início da II Guerra Mundial, não obstante os protestos dos portugueses, as forças armadas australianas e holandesas adentraram em Díli, conscientes da importância do Timor como zona tampão. De forma conciliada, as forças armadas (australianas e holandesas) instalaram posições no território, tendo-se envolvido em duros confrontos com as forças armadas japonesas. Em fevereiro de 1942, o Japão utilizou a presença dos australianos como pretexto para invadir a ilha de Timor, onde permaneceu até setembro de 1945.

Ao longo do tempo de ocupação dos japoneses, estima-se que por volta de 45.000 a 70.000 timorenses perderam a vida por resistir aos invasores e lutar ao lado dos aliados, sofrendo fortes represálias. Durante esta época, o povo foi também forçado a fornecer alimentos aos japoneses. Por conseguinte, quando se deu a rendição dos militares japoneses, em setembro de 1945, a situação no Timor-Leste era de miséria humana e destruição. A condição era devastadora e o país estava em ruínas, pois quase a totalidade das edificações foi destruída. Citando o antigo cônsul australiano em Díli, James Dunn, “Timor-Leste foi uma das maiores catástrofes da Segunda Guerra Mundial em termos de perdas em vidas humanas” (DURAND, 2009, p. 108).

No final do conflito, foi restaurada a administração portuguesa no país, incluindo o Enclave de Oecusse, circulado por território holandês que, entretanto, foi reclamado como indonésio (DURAND, 2009). O povo timorense e os portugueses tentaram reconstruir o país, mas o processo de desenvolvimento era lento. As taxas de crescimento anuais entre 1953 e 1962 foram de apenas 2%.



Nesse contexto, as Nações Unidas declararam o Timor-Leste como um território não autônomo, ainda sob administração de portuguesa. Portugal governou o Timor-Leste de forma direta ou indireta, administrando a população através das estruturas tradicionais de poder, em vez de empregar funcionários civis da colônia. Aquela forma de governo deixou as sociedades tradicionais timorenses praticamente intactas.

Em 1945, a Indonésia, sob o comando do Presidente Soekarno, conseguiu a independência da Holanda, passando a ser uma república em todo o território da antiga colônia, o Timor Oeste inclusive. Não obstante, o governo de Jacarta não manifestou qualquer pretensão sobre aquele território português.

O território estratégico, entre a Austrália, Indonésia e Filipinas, permite acesso à China. O Timor foi invadido durante a II Grande Guerra Mundial pelos australianos, que pretendiam organizar defesas avançadas naquele território. Em 1942, os japoneses (20 mil militares) ocuparam a ilha e criaram diversas estruturas e campos de aviação, de onde realizaram inúmeros ataques aéreos contra os territórios do norte da Austrália e ainda impuseram diversas atrocidades aos nativos e militares australianos que lhes resistiram à presença, deixando entre 40.000 a 60.000 mortos.

Apesar dos penosos ensinamentos proporcionados durante a II Grande Guerra Mundial, Portugal manteve o Timor em segundo plano, preferindo Macau e Goa, por serem colônias mais lucrativas. Restringindo-se basicamente à produção de café – considerado de excelente qualidade, o Timor serviu de desterro dos prisioneiros políticos e dissidentes do salazarismo.

### **2.1.2 A Revolução em Portugal e a Ocupação Indonésia**

No princípio, com o advento da Revolução dos Cravos, deflagrada em Portugal no dia 25 de abril de 1974, teve início o processo de descolonização portuguesa. Por isso, os timorenses tiveram, então, a opção de se tornarem independentes ou integrarem-se à Indonésia. Nesse ínterim, a Austrália, já consolidada como potência regional, manifestou-se a favor da integração de Timor à Indonésia, justificando questões geográficas e históricas.

Com isso, o governo português autorizou, então, o povo timorense, principalmente os intelectuais, a criar partidos políticos. Os três primeiros partidos criados foram a União Democrática Timorense (UDT); a Associação Social Democrata Timorense (ASDT), depois transformada em Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente (FRETILIN), que defendeu o direito dos timorenses à independência, e a Associação Popular Democrática Timorense (APODETI), única a defender a integração à Indonésia, motivo pelo qual recebeu o apoio do general Suharto.

Sobre a descolonização do Timor, segundo Gomes (2010. p.p. 67, 68),

Em 1974, quando se dá a mudança de regime em Portugal, Timor vivia numa relativa calma e abandono. As elites políticas locais participavam de uma ou outra forma na administração pública local e não existia qualquer movimento de libertação nacional reivindicando a descolonização do território. A Indonésia, pelo seu lado, não tinha, até então, feito qualquer reivindicação sobre o território. É a mudança política verificada em Portugal em 1974 que coloca na agenda a questão da autodeterminação. E, nessa sequência, surgiram em Timor basicamente três posições quanto ao futuro do território corporizadas, no essencial, em três partidos: i) a União Democrática Timorense (UDT), que defendia a continuação da ligação a Portugal, pelo menos durante alguns anos; ii) a Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN), que defendia a independência; iii) a Associação Popular Democrática Timorense (APODETI), que defendia a integração na Indonésia. Estas posições de base vão evoluir no decurso do processo de descolonização, entre o 25 de Abril de 1974 e a invasão a 7 de Dezembro de 1975. Foi, nomeadamente, o caso da UDT que, depois de defender a fórmula de uma “autonomia progressiva [...] à sombra da bandeira de Portugal” e a integração de Timor numa comunidade de língua portuguesa, acabou por aderir à tese da independência e, mais tarde, defendeu ou aceitou a integração.

No dia 11 de setembro de 1975, a ASDT passa a denominar-se Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN). Devido à formação de três partidos políticos, começaram a aumentar os conflitos entre os dois principais adversários: a FRETILIN (independência) e a UDT/APODETI (integração). A alta temperatura dos conflitos políticos deu origem a focos de violência que resultariam numa guerra civil que renderia mais de 2.000 mortos

Em junho de 1974, o jovem José Ramos Horta mais tarde tornou-se presidente no período de 2007 a 2012. Representando o Timor-Leste à beira

da independência, conseguiu ser recebido pelo ministro das Relações Exteriores da Indonésia, Adam Malik, e obteve, por escrito, a promessa de que o governo de Jacarta apoiaria a independência do país.

No início de 1975, o Timor-Leste já estava em marcha como um local de progressiva descolonização, passando por uma reforma administrativa que levou à realização de eleições para a administração regional do distrito de Lautém.

Em fevereiro e março de 1975, foram realizados dois plebiscitos. Mais de 90% dos timorenses votaram na FRETILIN ou na UDT, sagrando-se vitoriosa a FRETILIN, com 55% dos votos. A APODETI, apesar de apoiada (e financiada) pela Indonésia, obteve algumas centenas de votos. Todavia, formaram-se boatos de que a vitória da FRETILIN promoveria a instalação ou adotaria um governo com a ideologia marxista, precipitando os timorenses a enfrentar uma situação violenta de guerra civil, que fez mais de 3.000 mortos. Enquanto isso, tropas indonésias começaram a se infiltrar no território do Timor-Leste pela fronteira oeste. Após esses eventos, o Comitê Central da FRETILIN realizou a independência unilateralmente no dia 28 de novembro de 1975.

Após realização da independência unilateralmente, apenas nove dias de proclamada a independência, no dia 7 de dezembro do mesmo ano, o exército indonésio deflagrou bombardeio à capital Díli e invadiu o país por terra, com o apoio velado dos Estados Unidos e da Austrália.

No dia 16 de outubro de 1975, cinco jornalistas estrangeiros foram assassinados pelos exércitos indonésios na cidade de Balido, próximo à fronteira, quando eles tentavam para cobrir os movimentos de tropas indonésias no Timor-Leste.

A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) condenou a invasão indonésia com uma resolução aprovada no dia 12 de dezembro de 1975, sem, contudo, alcançar qualquer resultado concreto.

Quase todo o mundo calou-se diante do genocídio. Entre o apoio ostensivo dos Estados Unidos, a cumplicidade dolosa da Austrália e o silêncio conivente da maioria dos países, as solitárias exceções foram Portugal e suas antigas províncias africanas, sobretudo Moçambique. O Brasil permaneceu durante anos numa posição de conivente e suspeita ambiguidade. No ano de

1983, numa época em que ninguém falava sobre a situação do Timor-Leste no Brasil, o deputado federal Flávio Flores da Cunha Bierrembach, membro da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, fez pronunciamentos, usou a sua rede de relações e amizades, enfim, fez tudo o que pôde para levar o Brasil a se engajar na causa da independência daquele pequeno país de fala portuguesa que foi invadido por uma das maiores potências militar do mundo.

Entretanto, a Resistência Timorense não esmoreceu. Então, no dia 20 de agosto de 1975, o Comitê Central da FRETILIN criou um braço armado, as Forças Armadas para a Libertação de Timor-Leste (FALINTIL), que, por meio da guerrilha, chegou a controlar maioria parte do território nacional, apesar da superioridade numérica indonésia e dos modernos equipamentos fornecidos pelos Estados Unidos, Inglaterra, França e Austrália. O governo indonésio não hesitou em utilizar toneladas de napalm – o mesmo empregado no Vietnã – contra a resistência e incendiar boa parte das florestas do país. Durante 24 anos, a FALINTIL defendeu o seu país bravamente. Estima-se que 200 a 300 mil timorenses foram mortos, seja pela violência direta, fome programada, deslocamento forçado de populações inteiras ou confinamento em acampamentos.

No dia 31 de dezembro de 1978, o exército indonésio matou Nicolau Lobato, o líder da resistência e comandante da FALINTIL, iniciando-se, então, a liderança de um de seus companheiros, José Alexandre Gusmão, conhecido na guerrilha como Kay Rala Xanana Gusmão. Em 1987, ele transformou a FALINTIL numa frente ampla de resistência e, no ano seguinte, criou o CNRT, ou Conselho Nacional da Resistência Timorense, que reuniu todos os partidos.

Com o fim da Guerra Fria, a Indonésia promoveu relativa abertura do território timorense. O Timor vivia num isolamento total. No dia 12 de outubro de 1989, o Papa João Paulo II visitou a Indonésia e a cidade de Díli, ocasião em que as manifestações pró-independência foram duramente reprimidas pelas tropas indonésias.

Em novembro de 1991, José Alexandre Gusmão, ex-comandante da FALINTIL, foi capturado em Díli e, em seguida, trazido para Jacarta. Em seu último julgamento, a decisão do tribunal foi que ele seria condenado à prisão perpétua. Por causa da decisão do tribunal de Jacarta a respeito de Xanana

Gusmão, que não se baseava nos direitos humanos em vigor em todo o mundo, a opinião pública internacional considerou-o como uma farsa.

No mês de julho de 1997, o presidente da África, Nelson Mandela, visitou Xanana Gusmão, atual Ex Primeiro Ministro do Timor-Leste período 2012 a 2014, na prisão Cipinang, em Jacarta, e propôs uma solução negociada para a causa do Timor. No mesmo ano, teve início uma crise econômica na Ásia, que afetou duramente a Indonésia. O regime Suharto começou a ruir, com manifestações cada vez mais violentas nas ruas, que levaram à demissão do general Suharto, em maio de 1998, e à ascensão de Yusuf Habibie para substituí-lo. Naquela época, Habibie, como presidente da República Indonésia, solicitou duas opções para o povo timorense, a saber: a primeira opção seria o governo de Jacarta dar uma autonomia especial para o povo maubere e a segunda opção seria a realização de um referendo no Timor-Leste.

Portugal e Indonésia, juntamente com a Organização das Nações Unidas (ONU), negociaram a realização de uma consulta popular acerca do destino daquele território, em observância ao princípio da autodeterminação do povo timorense.

## **2.2 Governo Pós-Colonial**

Após o período colonial português, o povo timorense teve de enfrentar muitos desafios no processo que culminaria na independência. Portanto, os líderes não dispunham de uma unidade de resistência, realizando uma variedade de estratégias para a obtenção dos objetivos da luta, a saber: a liberdade regada com gotas de sangue derramadas de centenas de milhares de vítimas.

Por isso, durante a luta do povo do Timor-Leste, sempre executada mediante uma variedade de maneiras, tinha por objetivo abarcar todos os indivíduos. Porque quando não há unidade e integridade, especialmente naquela época, em que se lutava contra o poder militar de ocupação e em prol da independência usurpada ilegalmente, resistir é muito difícil. Assim, as lideranças e os pilares da resistência traçaram diversos planos e estratégias

para agregar todos os componentes políticos e cidadãos timorenses até alcançaram o objetivo da luta.

### **2.2.1 Estratégia e Estrutura de Resistência do Povo Timorense (maubere)**

Ao longo do processo de resistência do povo timorense contra a ocupação indonésia, verificou-se uma evolução muito difícil e complexa. Isto porque se tratava de uma síntese do movimento de resistência, incluindo o seu aparecimento durante o período de administração da Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente (FRETILIN), após os acontecimentos do dia 11 de agosto de 1975, quando houve um golpe militar no país, seguido pela deflagração de uma guerra civil. O efeito gerado pela destruição das bases da FRETILIN foi devastador para o país.

A regeneração da Frente Armada da Resistência, Força Armada Libertação Nacional de Timor-Leste (FALINTIL) se deu após o ano de 1987, atingindo seu ápice no advento da realização do referendo popular, no dia 30 de agosto de 1999. O intuito do referendo foi questionar a população acerca do estatuto nacional do país, tendo sido determinado que, a partir daquele momento, o Timor-Leste de fato se tornaria uma província independente. Além disso, o movimento de independência política do país contou com a estrutura e a estratégia da Frente Clandestina ao longo do tempo da invasão ou ocupação das forças armadas da Indonésia. A terceira frente do movimento de resistência foi a frente diplomática.

As atividades da Frente Clandestina, voltadas ao apoio à luta armada nas montanhas, bem como a luta diplomática na diáspora, assumiram uma importância crescente no cenário nacional. A princípio, estas atividades foram desenvolvidas na zona urbana pelos quadros políticos da FRETILIN, que não se refugiaram nas montanhas quando ocorreu a invasão indonésia no dia 7 de dezembro de 1975. Após a destruição das zonas libertadas, os comandantes e soldados veteranos da FALINTIL começaram também a desenvolver as atividades da Frente Clandestina de apoio à luta armada. O seu papel foi crucial, ao disponibilizar logística e informação para assegurar as comunicações entre as forças da FALINTIL, que se encontravam separadas

umas das outras, garantindo também a comunicação entre os líderes de resistência diplomática no exterior.

Em 1981, foi criado o Conselho Revolucionário da Resistência Nacional (CRRN), que assumiu formalmente a liderança da resistência. Na prática, a FALINTIL chefiava a resistência, por representar a única liderança da resistência que funcionava. Embora o Comissário Político Nacional (CPN) fosse o comandante da FALINTIL, seu verdadeiro poder resultava da sua posição como braço mais ativo da resistência. Com efeito, nessa época, as atividades políticas desenvolvidas pela população civil limitavam-se à prestação de assistência logística para a FALINTIL.

Em 1987, foi fundado o Conselho Nacional da Resistência Maubere (CNRM), para substituir o CRRN. O papel desempenhado pela FRETILIN na liderança da resistência tornou-se, a partir daí, meramente simbólico. Os líderes da resistência aceitaram que a independência nunca poderia ser alcançada pela guerra, devido à hegemonia militar do inimigo, e preferiram se centrar nos esforços em prol da independência numa revolução prática, o que conferiu particular atenção à causa timorense por parte da opinião pública internacional.

Creditou-se uma maior ênfase à luta diplomática, lançada antes da invasão indonésia de 1975, procurando-se apoio internacional não só junto a países não aliados, pertencentes ao bloco socialista, mas também junto a países com democracias liberais que, até então, haviam prestado pouca atenção à situação difícil vivida no Timor-Leste. Isto porque alguns líderes da resistência entenderam ser necessários criar mais um novo foro capaz de abranger todos os partidos e os movimentos políticos que apoiavam a luta da independência, de maneira a acolher as pessoas que não pertenciam à FRETILIN. Mas o CNRM continuava a ambicionar ser mais um movimento de unidade nacional, lutando contra a ocupação em três frentes, conforme explicitado anteriormente. A frente armada foi protagonizada pelas gloriosas Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste (FALINTIL), cuja gesta histórica cabe exaltar.

A ação da Frente Clandestina, astutamente desencadeada em território hostil, envolveu o sacrifício de milhares de vidas de mulheres e homens, em especial jovens e até as crianças, que lutaram com abnegação em prol da

liberdade e da independência. A Frente Diplomática, que dispunha de aliados em todo o mundo, permitiu abrir caminho para a libertação definitiva. Nessa época, a FALINTIL desenvolveu um processo de “despartidarização” face à FRETILIN, transformando as forças armadas nacionais sob a liderança do CNRM. Este patamar manteve-se mesmo após a substituição do CNRM pelo Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT), criado em abril de 1998 no Peniche, Portugal, liderando a resistência até o término da ocupação indonésia, em 1999.

Embora os líderes dos combatentes dos libertadores tenham procurado unir toda a sociedade, ainda há alguns grupos que querem se integrar com a Indonésia. Ademais, os jovens combatentes da libertação nacional tiveram de abrigar-se sob uma variedade de organizações. Por isso, eles começaram a organizar os jovens e estudantes para se unir e lutar em prol da independência.

### **2.2.2 O Massacre de Santa Cruz, em 12 de novembro de 1991**

Para conquistar a liberdade, a fim de encurtar a luta de toda a sociedade timorense, o país foi conduzido pelos três pilares da resistência: a Frente Armada, a Frente Clandestina e a Frente Diplomática. As organizações juvenis e estudantis se uniram à resistência, realizando uma grande manifestação no dia 12 de novembro de 1991, no cemitério de Santa Cruz. Tendo em vista o objetivo da resistência dos timorenses em nome da conquista da independência, o exército indonésio efetuou disparos contra a multidão que prestava homenagens a um estudante morto pela repressão. Mais ou menos 271 pessoas foram assassinadas no local e outras tantas nas perseguições que se sucederam nos dias e noites seguintes, inclusive nos hospitais.

As imagens do massacre foram registradas pelo jornalista inglês Max Sthal e divulgadas para todo o mundo, após ele ser libertado pelos militares indonésios. A filmagem havia sido escondida por Sthal num túmulo daquele cemitério, antes que os militares indonésios o mantivessem preso por quase 12 horas. O jornalista chegou a ficar embaixo de uma pilha de corpos e esteve na mira dos militares que quase atiraram nele por duas vezes. Ele voltou durante a



noite ao cemitério para buscar o filme, que conseguiu tirar do país. Tal episódio ficou conhecido como “o massacre do cemitério de Santa Cruz 91”.

A maioria das vítimas do massacre de Santa Cruz era jovem. Por isso, após a Restauração da Independência, a data passou a ser um feriado especial, celebrado como o Dia Nacional da Juventude em Timor-Leste. Até dias atuais, ainda existe uma comissão denominada Comissão 12 de novembro para tratar dos assuntos relevantes aos sobreviventes.

Sobre o Massacre de Santa Cruz, segundo o comentário Henriques (2014),

Max Stahl já estava no Cemitério de Santa Cruz para filmar a entrada da procissão que saía da igreja de Motael para homenagear o jovem Sebastião Gomes, assassinado a 28 de outubro pelas tropas indonésias. Mas não foi a romaria a entrar no cemitério de Díli que o repórter filmou: foi uma mortandade. As imagens de 12 de novembro de 1991 correram mundo. E o mundo, chocado, viu o genocídio a que o povo timorense era sujeito desde a invasão indonésia, em 1975, quando Portugal abandonou a ex-colônia com vista a um processo de independência mal conduzido e que só ocorreria em 2002. Naquele dia terão morrido 271 pessoas, outras 127 depois de não resistirem aos ferimentos. A imagem mais icônica do massacre é a de um jovem segurado em braços enquanto se esvai em sangue. O som capturado pela câmara de Max Stahl impressiona: tiros e o do Pai Nosso rezado pelos timorenses. Oito anos depois, a ONU estava no território para acompanhar o referendo pela independência e voltaria com uma força armada para pôr fim à violência que se seguiu<sup>2</sup>.

### 2.2.3 Prêmio Nobel da Paz

Em virtude da violência sofrida pelo povo timorense pelas mãos do ditador Suharto em toda a luta contra a ocupação ilegal dos indonésios, a comunidade internacional, juntamente com a comissão norueguesa do Prêmio Nobel da Paz, concedeu o referido prêmio para as duas personalidades mais proeminentes do Timor-Leste.

Devido à destruição e ao sofrimento experimentado pelos timorenses durante a época da ocupação indonésia, no dia 10 de dezembro de 1996, a

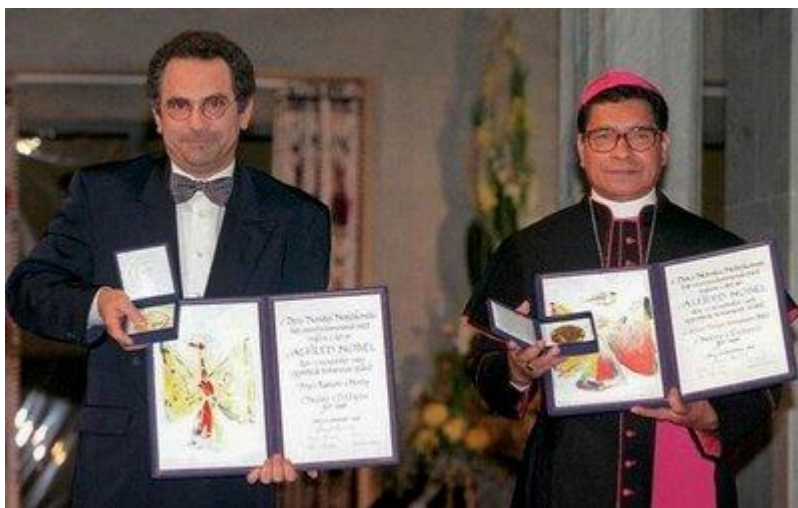
---

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://150anos.dn.pt/2014/07/31/1991-o-massacre-em-santa-cruz/>>. Acesso em: 30 de maio de 2015.

comunidade intencional admitiu conferir o Prêmio Nobel da Paz a duas personalidades timorenses: Monsenhor D. Carlos Filipe Ximenes Belo, representando a Igreja, e o Dr. José Manuel Ramos-Horta, atuante nas lutas da sociedade fora do Timor-Leste para manter a independência e garantir os direitos humanos.

Após a atribuição do Prêmio, a temperatura política e o espírito de luta dos timorenses aumentaram, tendo-se organizado diversas manifestações em várias regiões para influenciar a opinião pública internacional. Ao mesmo tempo, aproveitou-se a ocasião da visita do representante especial da Organização das Nações Unidas (ONU), Jamsheed Marker, e a descoberta de Xanana Gusmão em uma prisão da Indonésia, para dialogar e organizar seminários sobre violação dos direitos humanos em Timor Lorosa'e

**FIGURA 01: Solenidade do Prêmio Nobel da Paz**



Fonte: <<http://ramoshorta.com/president-jose-ramos-horta/nobel-peace-prize/>>

#### **2.2.4 A Formação de Dewan Solidaritas Mahasiswa Pemuda Pelajar Timor-Leste (DSMPPTL) e a Campanha do Referendo em 1999**

Naquela época, duas semanas após a queda do ditador Suharto (o presidente indonésio no regime ORDE BARU), devido à situação e à condição política, o Timor-Leste ficou tenso, e foi muito necessária a mobilização das massas, a fim de desafiar abertamente o invasor indonésio. Em seguida, os Senados dos universitários e o órgão representativo dos estudantes realizaram

uma reunião de emergência. Os participantes da reunião foram compostos por representantes dos estudantes universitários, que podiam chegar a um acordo para estabelecer uma organização, com vistas a organizar os movimentos universitários para realizar uma demonstração de diálogo democrático nos institutos acadêmicos.

Para lidar com a decisão da reunião, no dia 8 de junho de 1998, imediatamente se formou uma organização chamada *Dewan Solidaritas Mahasiswa Pemuda Pelajar Timor-Leste* (DSMPPTL), ou Conselho de Solidariedade dos Universitários e Jovens Estudantes de Timor Lorosa'e. Naquela época, Antero Benedito da Silva foi indicado pelos participantes da reunião como o líder máximo da organização para conduzir o movimento, cujo único objetivo político era convocar um referendo.

A formação da organização foi realizada diretamente por meio da liberdade de expressão no campus UNTIM. As reuniões desta organização ocorriam no subsolo da instituição, envolvendo todos os níveis da sociedade civil e da organização juvenil. Dada a insatisfação da massa com o regime ditatorial cada vez mais crescente, ao mesmo tempo esta organização formou diretamente ramos para lidar com cada distrito. Na época, foi dito que esta organização estava abertamente em luta contra o invasor indonésio e aliado à sociedade timorense.

Dentro de dois dias, o grupo de universitários, dentre eles, José Chang, Francisco Soares e Antônio José aprovaram a proposta, que estabelecia fases de transição para a independência, incluindo a retirada incondicional dos militares indonésios do Timor-Leste e a conscientização popular sobre a mudança política na Indonésia, abrindo uma pequena janela de oportunidade para o povo timorense agir e garantir um ato de autodeterminação através de um referendo justo.

Este era para ser implementado através de reuniões públicas, demonstrando um diálogo de nível elevado. O documento convidou a presença de agências da ONU, como a Comissão das Nações Unidas em prol dos Direitos Humanos, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e outros organismos pertinentes às Nações Unidas, exigindo a libertação de todos os presos políticos e apelando para a formação de um

governo de transição no Timor em novembro de 1998, além de um referendo sob supervisão da Organização das Nações Unidas (ONU).

Ao mesmo tempo, a *Universitas Timor-Tmur - UNTIM* se tornou uma instituição para a resistência e para a educação popular. Jenny Grant, do jornal *South China Morning Post*, entrevistou o líder da organização para um artigo publicado em 19 de junho de 1998: nesta entrevista, o líder estudantil Antero Benedito da Silva disse que os timorenses tiveram que capitalizar sobre a mudança. "O regime de Suharto entrou em colapso assim que nós temos que fazer alguma coisa neste novo ambiente. As pessoas não têm medo de dizer que querem a independência através de um referendo (informação verbal<sup>3</sup>)", disse ele.

O líder estudantil, exultante, mas exausto, fez comícios ao longo de dois dias e disse que manteria o ritmo até que houvesse mudança. "Nós paramos nossos estudos. Talvez agora nós vamos encontrar uma nova maneira de aprender nas ruas", disse o Sr. da Silva (GRANT, 1998).

Enquanto os alunos estavam a tomar medidas, Domingos Sousa, ex-Embaixador do Timor-Leste no Brasil no período de 2011 a 2014 e cunhado de Xanana Gusmão, com o apoio de alguns jovens intelectuais, incluindo alguns membros compostos por alunos da UNTIM, principalmente Benjamin Corte-Real (Ex-Reitor da UNTL), Antônio Cardoso e Vicente Faria (Ex-Deputado da Bancada FRETILIN), fundou uma organização denominada *Fórum Sarjana Pró Referendo dan Pembangunan Timor-Lorasa'e* (FORSAREPETIL) (SOUSA, 2010, p. 131). Havia uma visão conservadora segundo a qual os acadêmicos deveriam ser neutros quando os estudantes estavam nas ruas. Os alunos tinham ido além do limite da neutralidade.

FORSA-REPETIL foi, portanto, útil na mobilização dos alunos timorenses, dando um fim à chamada neutralidade político dos intelectuais. Ambos, ETSSC e FORSA-REPETIL, foram convidados a conhecer os sindicatos europeus educacionais 'Troika', que consistiam em britânicos, austríacos e os Embaixadores holandeses reunidos no Hotel Mahakota (ora chamado Hotel Timor), em 30 de junho de 1998 (SOUSA, 2010, p. 135). Em julho de 1998, o ETSSC tinha crescido, tornando-se um Conselho mais amplo

---

<sup>3</sup> Informação concedida por Antero Benedito da Silva (2014) ao pesquisador por meio de uma conversa informal.

da Juventude, abrangendo o ensino médio e estudantes universitários de Timor-Lorosa'e (DSMPPTL). Com isso, os diálogos e reuniões públicas se espalharam para todos os distritos.

Em 19 de julho de 1998, em Baucau, sob o patrocínio do Mons. Carlos Filipe Ximenes Belo, foi apresentado o documento, que exigia quatro fases de transição para a independência. O diplomata paquistanês Jamsheed Marker, que era representante especial do Secretário-Geral das Nações Unidas (DA SILVA, 2000, p. 06) e Geoffrey Gunn, que visitou o Timor-Leste em agosto de 1998, escreveram que o Movimento de Solidariedade Estudantil teve sua autonomia rejeitada dentro da Indonésia e que Jamsheed Marker tinha informalmente sancionado a proposta do governo indonésio (GUNN, 1999, p. 296).

Em outubro de 1998, as mulheres membros da ETSSC estabeleceram o Grupo de Mulheres Jovens de Timor (Grupo Feto Foinsa'e Timor Lorosa'e - GFFTL) e organizaram a primeira Mini-Conferência de Mulheres Rurais em Aileu. Este evento foi seguido, em novembro de 1998, por uma conferência de mulheres sobre a situação das mulheres do Timor, sendo a primeira conferência desse tipo durante os 23 anos de ocupação, tendo alguma participação internacional.

Entre as palestrantes, estavam duas irmãs mais velhas e porta-vozes da situação do Timor – Sra. Domingas Maria Micato (ex-ministra da solidariedade) e Olandina Cairo (ADITJONDRO, 2000 apud WATSON, 2001, p. 02). O Conselho de Solidariedade dos Jovens Estudantis tinha se tornado um movimento popular envolvendo mulheres nas zonas rurais. Foi uma campanha de todo o país.

À medida que a campanha se intensificou, as forças de ocupação lançaram seu contra-ataque, formando grupos de milícias que atacaram as escolas e universidades em todo o país. Quanto ao conflito militar ocorrido entre as forças indonésias e a FALINTIL, causando a morte de civis e a destruição do distrito de Same, as autoridades culpavam os estudantes.

O líder máximo da organização DSMPPTL, Antero Benedito da Silva, estava assistindo ao Primeiro Diálogo Timorense *All-Inclusive Intra East-Timor Dialog* (AIETD), cuja cerimônia de abertura foi no Krumback Castelo, Áustria, em 3 de novembro de 1998. Na ocasião, Abílio Osório Soares, naquela época

como o governador da Indonésia no Timor-Leste, recebeu um telefonema informando-o sobre o confronto militar em Same.

O Governador Soares, por telefone, asseverou: "Antero, seus alunos mataram cerca forças indonésias (informação verbal<sup>4</sup>, sic)." Antero Benedito da Silva, por sua vez, educadamente respondeu-lhe: "Os alunos não têm armas", apenas o General Wiranto e o Comandante Xanana Gusmão possuíam armas. Eles eram, portanto, os responsáveis pela violência em Same. "Os militares 196 Os documentos originais da ETSSC Quatro fase Proposta de Transição foram queimados em 1999, e Antero como o líder e tinha responsabilidade, então ele foi incapaz de obter uma cópia, mas os grupos milícias formadas e ataques se intensificaram a partir de novembro de 1998 (informação verbal<sup>5</sup>)".

Em meio a esta crise, o Festival Internacional de Estudantes em Thronnheim, Noruega, anunciou a primeira concessão ao estudante (Students' Peace Price Award): o Prêmio da Paz havia sido concedido para os alunos ETSSC pelo Conselho de Solidariedade por seu notável compromisso com a não violência ativa (ISFIT, 1999). Este era um símbolo vital de apoio ao estudante internacional para a luta de autodeterminação.

O Comitê de Estudantes do Prêmio da Paz da Noruega escreveu que o trabalho do *East Timor Student Solidarity Council* (ETSSC) era centrado em três princípios: a humanidade, a ecologia e a solidariedade (informação verbal<sup>6</sup>). Este foi realmente um importante reconhecimento dos valores cultivados pelo Timor ao longo dos anos.

De acordo com estes princípios, o movimento começou a se opor a qualquer coisa que prejudicasse a humanidade ou a natureza e construir a solidariedade entre os timorenses em nível internacional. A existência desses valores de orientação em longo prazo ajudou o movimento a permanecer forte, mesmo depois de atingir a meta de emancipação política da Indonésia, em 1999.

---

<sup>4</sup> Informação concedida Antero Benedito da Silva (2014) ao pesquisador por meio de uma conversa informal.

<sup>5</sup> Informação concedida por Antero Benedito da Silva (2014) ao pesquisador por meio de uma conversa informal.

<sup>6</sup> Informação concedida por Antero Benedito da Silva (2014) ao pesquisador por meio de uma conversa informal, passada para o discurso indireto pelo pesquisador.

### **2.2.5 Os Acordos de Nova Iorque no dia 5 de maio de 1999**

Durante as negociações diplomáticas entre Portugal e Indonésia, intermediadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), foram firmados os Acordos de Nova Iorque, no dia 5 de maio de 1999. Os três acordos principais quais são; a, Tem que ser realizar um referendo no Timor-Leste; b. o governo Indonésia que toma responsabilidade a segurança para assegura a realização do referendo: c. todos os cidadão timorense tem direito universal.

Por isso, sem prejuízo para as respetivas posições especialmente quanto ao estatuto do Timor-Leste, permitia que os timorenses pudessem finalmente escolher o futuro do seu território. As opções eram: continuar com autonomia especial no seio da Indonésia ou determinar a independência total para o povo timorense.

O governo de Jacarta considerava o Timor-Leste como referido no preâmbulo do acordo principal. A autonomia especial era uma proposta que deveria ser posta em prática apenas como uma solução final para a questão do território do Timor-Leste, com total reconhecimento da soberania indonésia.

Já que o Portugal ainda considerava que o regime de autonomia especial deveria ser um período transitório, não exigindo o reconhecimento da questão da soberania indonésia sobre o Timor-Leste, nem a retirada deste país da lista de Territórios Não-Autônomos da Assembleia Geral, enquanto não houvesse uma decisão final quando ao estatuto do Timor-Leste por parte da população do país, através de um ato de autodeterminação sob os auspícios das Nações Unidas.

As Nações Unidas se responsabilizaram por organizar a consulta popular, assim como supervisionar a implementação de seus resultados (TELES, 1999). Embora não se afigurando como tarefa fácil, a Missão das Nações Unidas no Timor-Leste (UNAMET), liderada por Ian Martin, conseguiu organizar a consulta popular em um período de tempo recorde e com um sucesso considerável do ponto de vista eleitoral, tendo o povo timorense escolhido livremente o seu futuro no dia 30 de agosto de 1999.

Após a consulta popular, os resultados do referendo foram anunciados pelo secretário geral da Organização das Nações Unidas, Kofi Annan, no dia 4

de setembro de 1999. De acordo com o Relatório das Nações Unidas, evidenciou-se que a maioria da população do Timor, 344.580 timorenses, ou o equivalente a 78,5% da população, votou pela independência total de Timor Lorosa'e.

Face aos resultados, as milícias e os exércitos indonésios provocaram graves episódios de violência, que obrigaram os representantes da ONU a deixarem Díli. As milícias, apoiadas pelos militares indonésios, devastaram praticamente todos os edifícios administrativos e habitações, fazendo com que um terço da população partisse para Kupang, ou Timor Oeste, chegando-se a um balanço de cerca de 1.400 pessoas mortas.

#### **2.2.6 Cronologia e contribuição das cinco missões da Organização das Nações Unidas no Timor-Leste (de 1999 a 2012)**

De maio a outubro 1999, estabeleceu-se no Timor Leste uma missão das Nações Unidas, a UNAMET (*United Nations Mission in East Timor*), para preparar e conduzir a consulta popular acerca do destino do povo timorense. A consulta ocorreu em 30 de agosto de 1999. Por volta de 99% da população compareceram às urnas e 78,5% escolheram a tão sonhada independência do País do Sol Nascente (CARVALHO; ROSSBACH, 2010). Ian Martin foi o Representante Especial do Secretário-Geral nesta ocasião.

O resultado do referendo foi seguido de terrível e sistemática destruição praticada pela milícia militar indonésia, antes que os soldados e funcionários dessa potência deixassem o país. Nem as sedes do Comitê Internacional da Cruz Vermelha e das Nações Unidas foram preservadas, ensejando que todos os estrangeiros fossem evacuados, deixando o Timor entregue à fúria das milícias e dos militares indonésios.

No dia 20 de setembro, a Organização das Nações Unidas constituiu uma força militar multinacional de paz (INTERFET), formada por 2.000 soldados de capacetes azuis. Esta foi enviada para ao Timor-Leste, com o objetivo de estabelecer uma situação segurança no país, ex-colônia de Portugal.



Começou de outubro de 1999 a maio de 2002, a UNTAET (*United Nations Transitional Administration in East Timor*), para substituir a UNAMET. A UNTAET teve a missão de governar o país, destruído pela milícia militar indonésia após o referendo, exercendo toda a autoridade legislativa e executiva, incluindo a administração da justiça e a manutenção da ordem pública. A autoridade máxima pertencia ao brasileiro Dr. Sérgio Vieira de Melo, Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, que depois veio a ser assassinado em Bagdá, em atentado terrorista.

Para continuar a instalação do Timor-Leste, a UNTAET organizou uma eleição geral nos anos de 2001 e 2002. Nas primeiras eleições realizadas pela UNTAET, em 30 de agosto de 2001, o povo timorense fez a sua escolha, pela primeira vez na sua história, após se tornar independente através do referendo. Naquele momento, os 88 membros da Assembleia Nacional Constituinte foram eleitos como os representantes do povo, vindo a redigir e promulgar a Constituição do país (CARVALHO; ROSSBACH, 2010).

Em 14 de abril de 2002, o povo timorense compareceu às urnas para escolher o presidente como chefe de Estado. Naquela época, José Alexandre Gusmão (Kay Rala Xanana Gusmão), atual Ex Primeiro Ministro, foi escolhido como Presidente da República após ser libertado da violência que durou 24 anos.

O dia 20 de maio de 2002 marcou o fim da Administração Transitória das Nações Unidas no Timor-Leste e incorporou definitivamente à história daquele novo país o nome de um grande brasileiro como Representante Especial do Secretário Geral, funcionário de carreira da ONU e administrador transitório do Timor-Leste. Tendo encontrado uma terra literalmente arrasada, Sérgio Vieira de Melo entregou para o povo timorense (Maubere) um país organizado e em pleno funcionamento, deixando sua marca pessoal de administrador competente, que soube conduzir com extraordinária habilidade o processo de transição para a nova democracia no sudeste asiático.

Devido ao auxílio da ONU e da comunidade internacional, então, em última análise, a sociedade de Timor-Leste pode respirar livre da colonização portuguesa e da ocupação ilegal do ditador Suharto do governo de Jacarta, tendo finalmente se tornado um Estado soberano ao lado de vários países que têm sido independentes já há muito tempo.

## **2.3 Independência do Timor-Leste**

O Timor-Leste, após a independência e através de um referendo supervisionado pela ONU, buscou atender à extrema necessidade de erigir estratégias em prol de um planejamento adequado com vistas a promover o desenvolvimento da nação recém-independente através do planejamento e da construção civil em diversos campos onde esta necessidade era premente e publicamente exigida. Uma das mais urgentes dizia respeito ao desenvolvimento regional.

### **2.3.1 Restauração da Independência**

O Timor-Leste, oficialmente denominado República Democrática de Timor-Leste (RDTL), é um dos países mais jovens do mundo, e ocupa a parte oriental da ilha de Timor. Fica no sudeste asiático e situa-se entre a Austrália e a Indonésia. Fazem parte de seu território Oecusse, na costa norte da parte ocidental de Timor, a ilha Ataúro e o Ilhéu do Jacó, ao largo da extremidade leste da ilha. As únicas fronteiras terrestres que o país tem ligam-no à Indonésia, a oeste da porção principal do território, e a leste, sul e oeste de Oecusse, fazendo também fronteira marítima com a Austrália, no mar de Timor, ao sul. Possui 14.874 km<sup>2</sup> de extensão territorial. Sua capital é Díli, situada na costa norte.

O termo Timor-Leste (Timor Loro Sa'e, em tétum, língua materna de sua população) significa Timor do Sol Nascente. É um dos mais recentes países do mundo, pois sua emancipação política veio a ocorrer no ano de 2002, contabilizando, assim, 13 anos como nação. É o único país lusófono na Ásia, com sotaque semelhante ao português de Portugal.

A população timorense (ou povo maubere) soma, aproximadamente, 1.066.582 (um milhão, sessenta e seis mil, quinhentos e oitenta e dois) habitantes, conforme o censo de 2010, distribuídos em 13 Distritos Administrativos, 65 Subdistritos, 442 Sucos e 2.228 Aldeias que formam o país. Quase 70% da população vivem na área rural.

O Timor-Leste adotou como línguas oficiais o português e o tétum, sendo o inglês e a língua indonésios previstos como as línguas de trabalho pela Constituição da República. Há outros 30 dialetos falados nos diversos distritos, incluindo-se o makasa'e, predominante na região da ponta leste e o baiqueno, no enclave de Oecusse.

A montanha mais alta é o Monte Ramelau, com a maior altura do pico em Timor Leste, (2.960 m), também conhecido como Tatamailau, que está localizado no distrito de Ainaro que perto da fronteira com o distrito Ermera.

**FIGURA 02: Mapa do Timor-Leste.**



Fonte: <<http://movelands.com/timor-leste/>>. Acesso em: 05 de abril de 2013.

A ilha que virou como uma nação foi colonizada por Portugal durante 450 anos, até 1974. Após esta época, o território novo foi invadido por militares da Indonésia depois da realização unilateral de sua independência, no dia 28 de novembro 1975, pelo Comitê Central da FRETILIN (CCF). O país, então, enfrentou circunstâncias de guerra até a realização de um referendo organizado pelas Nações Unidas no dia 30 de agosto de 1999. O processo que acompanhou este acontecimento histórico foi muito difícil, mas, com o apoio técnico das Nações Unidas, finalmente se chegou à autodeterminação da independência política do Timor-Leste, em 2002.

A capital do país é Díli, localizada na costa norte da ilha e abrigando a maior parte da população urbana (234.026 mil habitantes). A segunda principal cidade é Baucau, com 25.000 habitantes.

A República Democrática de Timor-Leste é um Estado de direito democrático, unitário, que chefiado pelo Presidente da República. A chefia de Governo compete ao Primeiro-Ministro, que é indicado pelo partido com maioria parlamentar ou coligação partidária com maioria no Parlamento através de eleição geral. O Parlamento Nacional é unicameral e seus membros são eleitos pelo voto popular direto. O número de bancos no Parlamento pode variar entre um mínimo de 52 a um máximo de 65.

### **2.3.2 Golpe Militar de 2006**

O povo timorense, que sofreu por tanto tempo a luta contra o invasor Indonésia, tornando-se independente em 2002, foi novamente atacado por uma crise política militar em 2006. O epicentro aconteceu através de um conflito envolvendo os membros da Força de Defesa do Timor-Leste (F-FDTL), designados pela FALINTIL, contra discriminações no seio militar que se expandiu a partir da capital do país para uma violência geral, que se expandiu por dez distritos, começando pela região centro-oeste do país. Uma vez que os três distritos do leste simplesmente fizeram ações para defender a soberania do país, neles nunca ocorreram atos de violência.

A crise política militar surgiu de disputa interna, quando os soldados do oeste do país passaram a reclamar que estavam sendo discriminados em favor dos soldados do leste (“leste” significa Lorosa’e, em tétum). Os soldados do leste compunham a maior parte da antiga FALINTIL, o braço armado da FRETILIN, que, depois da Restauração da Independência, no dia 20 de maio de 2002, passou a integrar a maioria da F-FDTL. Em contraste, os soldados do exército ocidental (“ocidental” significa Loromonu, em tétum), que tiveram menos destaque no tempo da resistência, foram menos favorecidos na estrutura militar. Houve também tensões entre as forças militares e a Polícia Nacional do Timor-Leste (PNTL), composta principalmente de militares ocidentais e até mesmo por ex-membros do exército indonésio.

Face à escalada da violência sobre os civis, o ministro das relações exteriores, Dr. José Ramos Horta, presidente do Timor-Leste de 2007 a 2012,

enviou um pedido oficial de ajuda militar em 24 de maio no mesmo ano aos governos da Austrália, Nova Zelândia, Malásia e Portugal.

Quando as forças armadas da Austrália e da Nova Zelândia chegaram a Díli, os jovens dos 10 distritos da parte ocidental do Timor que apoiavam o golpe militar começaram uma ofensiva contra os povos dos três distritos da parte leste, que não sabiam nada sobre as origens da crise. Nesta ocasião, intelectuais dos dez distritos emitiram um comunicado opondo-se à presença das manifestações dos três distritos que mantinham a soberania do Estado.

Apesar da expectativa de que a presença das tropas internacionais fosse acalmar os distúrbios, a violência se manteve na capital do país e em outras partes do Timor-Leste. Por causa desse golpe militar, desencadeou-se uma sequência de protestos, que levaram à renúncia do primeiro ministro, Mari Alkatiri.

Como consequência da renúncia de Alkatiri, naquela época, José Ramos Horta retirou a sua renúncia para disputar o cargo de primeiro ministro. Então, no dia 8 de julho no mesmo ano, José Ramos Horta foi indicado pelo presidente da República, José Alexandre Gusmão, como primeiro ministro. O segundo governo constitucional iniciou suas funções no dia 10 de julho de 2006, com o Dr. José Ramos Horta como o primeiro ministro e Ministro da Defesa do Timor-Leste.

A missão de paz seguinte, a *United Nations Mission of Support in East Timor* (UNMISSET), teve o encargo de dar suporte técnico e material à administração pública, durante o período de maio de 2002 a maio de 2004, desenvolvendo um sistema legal e judicial, além de providenciar a segurança e a estabilidade do novo país. Kamallesh Sharma foi o Representante Especial do Secretário-Geral nesta ocasião.

Sucedeu-se nova missão, a *United Nations Office in East Timor* (UNOTIL), com a missão política especial de apoio ao desenvolvimento das instituições estatais consideradas críticas (policciamento urbano e de fronteira, formação em direitos humanos e administração da justiça). Ao término dessa etapa, a presença da ONU foi reduzida e a Força de Manutenção de Paz (*Peace Keeping Force – PKF*) desativada naquele país, que se tornou um novo membro da Organização das Nações Unidas.

Naquele momento, o Exército Brasileiro e as Forças Multinacionais também participaram do processo, por meio de contingente de Polícia do Exército, que se revezavam a cada seis meses, desde 1999 até o ano de 2005. Por isso, foi possível estabelecer as instituições jurídicas no Timor-Leste. Contando ainda com a abordagem do Ministério Público Timorense, os brasileiros promoveram a segurança pessoal de José Ramos Horta desde o ano de 1999, e também de Xanana Gusmão, que no ano 2000 solicitou a substituição de militares australianos por brasileiros (CARVALHO; ROSSBACH, 2010). Sukehiro Hasegawa foi o Representante Especial do Secretário-Geral de maio de 2004 a agosto de 2006.

Desde 26 de agosto de 2006, as Nações Unidas têm mantido a UNMIT (*United Nations Integrated Mission in East Timor*), cuja finalidade é a consolidação da estabilidade, apoio às eleições de 2007 e assessoramento especializado nas áreas da administração da justiça e das atividades de defesa e segurança interna.

Com os ataques sofridos pelo Presidente da República em 11 de fevereiro de 2008, as Nações Unidas reforçaram a presença de policiais militares e de tropas de defesa naquele território. Houve, ainda, incremento da presença de tropas australianas e neozelandesas, as quais não se subordinaram à missão da ONU. Atul Khare foi o Representante Especial do Secretário-Geral de dezembro de 2006 a Dezembro de 2009.

Para continuar a missão, a ONU, no início de 2010 até julho 2012, indicou Ameerah Haq como Representante Especial do Secretário-Geral. Finn Reske-Nielsen foi o último Representante Especial do Secretário-Geral, de junho a dezembro de 2012. E assim, finalizaram-se as missões das Nações Unidas no mais novo país do século XXI.

### **2.3.3 Evolução da Política no Pós-Golpe Militar de 2006**

Embora o clima político de golpe militar ainda continuasse em evidência, toda a comunidade continuava a vibrar em prol da conquista da eleição para presidente, que ocorreria pela segunda vez no país. No dia 9 de maio de 2007, o ganhador do Prêmio Nobel da Paz, Dr. José Ramos Horta, foi eleito como

Presidente da República, sucedendo Xanana Gusmão no período de 2007 a 2012. O Terceiro Governo Constitucional iniciou suas funções em 18 de maio de 2007, com Estansilau A. da Silva como primeiro ministro e Ministro da Defesa.

Após José Ramos Horta ser eleito como Presidente da República, no dia 6 de agosto de 2007, o Presidente eleito indicou o ex-presidente da República, José Alexandre Gusmão, como o quarto primeiro ministro do IV governo constitucional da história do país. Xanana Gusmão foi eleito o líder do Partido Renovador do Congresso Nacional de Reconstrução do Timor (CNRT), focando como segundo classificado nas eleições legislativas de junho, com 24,10% dos votos atrás dos adversários da FRETILIN de Dr. Francisco Guterres (Lu-Olo), que alcançou uma série de acordos pós-eleitorais com as restantes forças políticas da oposição, que conferiram ao seu governo um estatuto de estabilidade. O IV Governo Constitucional iniciou suas funções no dia 8 de agosto de 2007.

No dia 11 de fevereiro de 2008, o ganhador do Prêmio Nobel da Paz e ex-presidente da República no período de 2007 a 2012 sofreu um atentado perto de sua residência, em Díli. No momento daquele atentado, os guardas da residência de José Ramos Horta mataram o ex-oficial do exército do Timor-Leste e ex-comandante da Polícia Militar, Alfredo Renaldo, o líder rebelado da crise que levou ao golpe militar de 2006, acusado perante a Corte Suprema do país de homicídio, depois da onda de violência causada pela sua expulsão do exército, juntamente com outros 598 militares, por desobediência.

Este grupo também foi acusado de efetuar disparos para assaltar a residência de Kay Rala Xanana Gusmão, Primeiro Ministro do país. Este segundo ataque nunca foi esclarecido e não deixou vítimas.

#### **2.3.4 Construção do Estado-Nação Timor-Leste**

Após a realização da Restauração da Independência, o governo de Timor-Leste começou a tentar com diversas maneiras para construir este país através de uma variedade de aspectos, entre outros; estabelecimento

constituição da República Democrática do Timor-Leste, criaram as relações internacionais e bilateral com outro país no mundo inteira.

Por isso, na primeira eleição geral, os povos timorenses têm escolhido para representá-los foram ocupados como um membro da assembleia constituinte, que consiste de 88 membros que eventualmente alteradas para 65 membros dos parlamentos até hoje que composto de vários representantes partidos políticos.

#### **2.3.4.1 Relações Internacionais**

O Timor-Leste é um pequeno país recém-independente do continente asiático, sendo membro da CPLP. Contudo, ainda não está no mesmo patamar dos países que têm sido independentes durante décadas. Mas, neste caso, por questões políticas referentes às Relações Internacionais, apoiadas por vários países em vários continentes, o Timor foi incluído na CPLP em 2002, após o advento da Restauração da Independência.

A cooperação internacional visa a criar uma relação mútua entre o Timor e outros países, mediante a qual cada país tem os seus principais objetivos para alcançar, tais como: conduzir as relações entre os povos, nações e empresas nas áreas política, econômica, social, militar, cultural, comercial e do Direito.

A cooperação internacional analisa o cenário mundial, os mercados, as possibilidades de negócios e aconselha investimentos no exterior. Promove entendimentos entre empresas e governos de diferentes países, abrindo caminho para exportações, importações e acordos bilaterais ou multinacionais. A internacionalização da economia amplia o campo de atuação dos profissionais do Comércio Exterior, que podem trabalhar em ministérios, embaixadas e Organizações Não Governamentais (ONGs). Sua função é promover o entendimento para facilitar os acordos políticos, militares, econômicos e culturais, já que o profissional de Comércio Exterior se ocupa do intercâmbio comercial entre nações, principalmente das relações de compra e venda entre empresas.



### 2.3.4.2 Comunidade de Países de Língua Portuguesa

A Constituição RDTL, no artigo 8, determina que o Timor-Leste mantenha relações privilegiadas com os países de Língua Portuguesa. Isto é conseguido através da sua participação ativa na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Isso porque, a CPLP é uma organização intergovernamental de amizade e cooperação entre as Nações onde o Português é língua oficial: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. O Timor-Leste aderiu à CPLP em 2002 e está comprometido na participação contínua nos programas e atividades da CPLP.

**FIGURA 03: Mapa-Múndi com as bandeiras dos países membros da CPLP**



Fonte: <<http://blog.opovo.com.br/portugalsempassaporte/wp-content/uploads/sites/>>, acesso em: 15 de março de 2014.

O Timor-Leste foi o último país a se tornar membro da CPLP, que foi criada no dia 17 de Julho de 1996, em Lisboa (Portugal). Após a Restauração da Independência do Timor, no dia 20 de maio de 2002, o referido país tornou-se o oitavo Estado membro da CPLP.

Os diversos Estados concentrados na CPLP têm objetivos como a cooperação entre países e o estabelecimento de relações diplomáticas de carácter bilateral, trilateral e multilateral, consoante o interesse de cada país. A meta principal é que cada país membro possa auxiliar uns aos outros para ter um excelente desenvolvimento em muitos setores, tais como: educação, saúde, política, econômica, social e cultural. Portanto, a CPLP é um bloco movido pelo interesse no desenvolvimento social, político, cultural e humano,

não obstante os oito Estados membros abrigarem diferenças marcantes entre si. Uma das características da CPLP é que os membros estão ligados por uma língua comum e por características culturais mais ou menos comuns, formando uma ponte entre os países que geograficamente estão separadas por grandes distâncias e em diferentes em continentes.

Em primeiro lugar, a Língua Portuguesa se colocou como uma língua de navegadores, mercadores e missionário, sendo a língua oficial dos oito Estados membros da CPLP, com o patrimônio comum de cerca de 240 milhões de pessoas no mundo. Isto classifica a Língua Portuguesa como a quinta mais falada no mundo.

Inicialmente voltada para a construção de laços históricos e de fraternidade, a CPLP definiu como objetivo geral o estabelecimento de relações político-diplomáticas entre os Estados membros, nomeadamente para o reforço de sua presença no cenário internacional, a cooperação em todos os domínios e a promoção e difusão da Língua Portuguesa.

#### **2.3.4.3 Relação Bilateral**

A constituição RDTL, em seu artigo 8, ainda estipula que, consoante o Plano Estratégico do Estado, compete ao Governo do Timor-Leste o dever de estabelecer a máxima excelência possível nas relações com os governos de todos os países no mundo, independentemente do tamanho, localização ou ideologia. Nesse sentido, o Governo do Timor-Leste mantém relações diplomáticas com cerca de 100 Nações, estabelecendo embaixadas ou representações diplomáticas em vários países, localizados em praticamente todos os continentes. Este esforço diplomático é de imenso interesse para um novo país como o Timor-Leste. É importante que os embaixadores e missões diplomáticas nos países estrangeiros trabalhem de forma eficaz, aprofundando as relações com os países de acolhimento.

O Governo do Timor-Leste assinou vários acordos bilaterais, que variam desde aqueles que estabelecem relações diplomáticas a outros incluindo questões de interesse mútuo, tais como segurança, economia e trocas culturais. Em especial, estabeleceu acordos bilaterais de cooperação com

doadores, tendo fortes relações com nações vizinhas, tais como a Indonésia e a Austrália.

Além disso, oficialmente, o governo timorense formalizou um pedido de adesão com a Associação das Nações Sudeste Asiático (ASEAN) em março de 2011, para continuar a ter como meta prioritária da política externa e adesão, promovendo os interesses diplomáticos em longo prazo.

Por outro lado, estabeleceu uma relação especial mútua bilateral com o Governo Federal do Brasil, dois países geograficamente separados e distantes, mas unidos pela herança colonial portuguesa, compartilhando, assim, importantes identidades culturais. Além disso, ambos os países ainda são unidos por intermédio da participação na CPLP. O fuso horário em Díli (GMT +9) é acrescido de 12 horas em relação ao horário de Brasília.

### **3. ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO DO TIMOR-LESTE**

#### **3.1 Plano Estratégico**

O governo do Timor-Leste estabeleceu um Plano Estratégico do Desenvolvimento (PED) em longo prazo, para o período de 2011 a 2030. Este plano integra vários planos estratégicos de diferentes departamentos do país. Impulsionado por várias pesquisas e diagnósticos setoriais que concebem os Relatórios Preliminares dos Planos de Urbanização das cidades de Díli e Baucau, O PED pretende o estabelecimento dos princípios que enformaram os planos por orientação do desenvolvimento em área urbana de dois grandes centros urbanos no Timor-Leste. Isto porque o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Timor-Leste é uma visão em longo prazo feita há doze anos, que reflete as aspirações do povo timorense relativamente à criação de uma Nação forte e próspera. O Governo do Timor-Leste elaborou este plano para desenvolver e inspirar as mudanças, apoiar ações coletivas ousadas e considerar um futuro melhor para seus habitantes.

Desde a Restauração da Independência, em 2002, as políticas sociais e econômicas do Governo do Timor-Leste incidiram no alívio da pobreza para dar resposta às necessidades imediatas do seu povo, consolidando a segurança e a estabilidade e assentando as bases para a nação, por via da construção das instituições do Estado. Este é um processo contínuo de consolidação da paz e da construção do Estado, o qual tem sido necessário para criar uma base a partir da qual o Timor-Leste possa abordar as necessidades do povo, em termos de saúde, educação, economia, política, para trabalhar em prol da eliminação da pobreza extrema. Ao passo que os países em situação de pós-conflito levam geralmente de 10 a 12 anos para recuperar a estabilidade, o Timor-Leste conseguiu tornar-se um país seguro em menos de uma década.

Por outro lado, o Governo criou o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) do Timor-Leste como um pacote integrado de políticas estratégicas para ser implementado em três etapas e com diferentes prazos, quais sejam: em curto prazo, com duração de cinco anos; em médio prazo, cinco a dez anos e, em longo prazo, dez a vinte anos. O PED está alinhado com os oito Objetivos

de Desenvolvimento do Milênio (ODM) das Nações Unidas, mas representa mais do que um conjunto de metas. O PED pretende estabelecer uma orientação que possibilite um desenvolvimento incluyente e sustentável em longo prazo no Timor-Leste.

Sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), existe muito a ser feito nesta área, incluindo os esforços realizados pela comunidade internacional através de várias declarações realizadas no âmbito de Cimeiras de outros fóruns de alto nível. Dentre os quais, as abordagens mais relevantes são:

- Declaração do Milênio: documento adotado na Cimeira do Milênio, na Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova Iorque, em 2000, que definiu os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio a serem atingidos até 2015;
- Consensus de Monterrey: conferência internacional sobre o funcionamento do desenvolvimento em Monterrey, México, 2002, resultando desta conferência a discussão sobre a funcionalidade do desenvolvimento e o seu uso eficaz;
- Declaração de Roma: primeira conclusão de fórum de Alto Nível em Roma, em 2003, que discutiu sobre a eficácia, especialmente da harmonização de procedimentos;
- Declaração de Paris: segundo a conclusão de fórum de alto nível em Paris, em 2005, comprometeu-se a melhorar a qualidade do projeto e o seu impacto no desenvolvimento através de uma ação orientada e prática;
- Agenda da Ação de Acra (AAA): resultado do terceiro fórum de alto nível em Acra Gana, em 2008. Avaliou o progresso das conclusões da Cimeira de Paris, para reestabelecer uma agenda no seu cumprimento;
- Declaração de Bogotá, resultado do fórum de alto nível sobre a cooperação Sul-Sul e capacitação do desenvolvimento em Bogotá, Colômbia, em 2010. Discutiu sobre práticas de cooperação Sul-Sul mais eficazes;
- Declaração de Busan: conclusões do quarto fórum de alto nível em Busan, Coreia do Sul, em 2011, discutindo sobre as medidas para tornar eficazes os projetos, tais como o uso dos recursos para diminuir custos e a melhoria da eficácia de cooperação entre todos os autores envolvidos (países doadores, países receptores, organizações da sociedade civil, como ONGs e setores privados).

Os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) que deverão ser cumpridos pelo Governo do Timor-Leste até 2015 englobam várias áreas, como a redução da pobreza, o acesso à saúde e à educação, a igualdade de gênero e a capacitação das mulheres, além da proteção ao ambiente. Os ODM têm programas que funcionam como elemento agregador e sintetizador de uma multiplicidade de metas, as quais vêm sendo enquadradas nos programas de atividades dos doadores internacionais. Tais metas apresentam também um calendário de atuação e indicadores mensuráveis que os diferentes estados, beneficiários e doadores se comprometeram a observar. Estes objetivos foram definidos para que as áreas prioritárias para o desenvolvimento não sejam descuradas e, em especial, para que a comunidade internacional possa esforçar-se no cumprimento das metas e dos resultados no tempo estabelecido. Como já foi mencionada, a comunidade internacional tem discutido de forma recorrente a eficácia do desenvolvimento (foi, aliás, o tema central da Conferência de Busan, de novembro de 2011).

O desenvolvimento de infraestrutura no novo Estado, até hoje, ainda deixa a desejar, pois até agora não houve construção física visível, como estradas, prédios escolares etc. Assim, durante cerca de 13 anos após a Restauração da Independência, o Departamento de Infraestrutura do país apenas reabilitou edificações deixadas pela Indonésia. Devido a atrasos no desenvolvimento de infraestrutura, o governo do Timor-Leste projetou o período do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) 2011-2030.

Para facilitar todas as atividades de crescimento econômico e desenvolvimento de uma vasta gama de atividades destinadas a melhorar as necessidades das pessoas, o governo tem prevista a construção de uma rede rodoviária. Trata-se de uma obra fundamental, que permitirá a reabilitação e a reparação das estradas existentes, seguindo aos padrões de manutenção para assegurar a sua viabilidade.

Segundo o PED (TIMOR-LESTE, 2011- 2030, p. 86),

O Timor-Leste irá realizar um investimento substancial e de longo prazo em estradas, para manter a nossa atual rede rodoviária, incluindo um programa de grande escala de reabilitação, reparação e melhoria das mesmas. A nova estrada só será construída se servirem importantes objetivos econômicos ou sociais.

Para assegurar a circulação de atividades econômicas do país, necessariamente será construída uma rede rodoviária abrangente e de melhor qualidade para auxiliar, de forma equilibrada, o desenvolvimento nacional, facilitar o transporte de mercadorias a um preço razoável e permitir a prestação de atividades pelo Governo, além de promover a agricultura e o crescimento das empresas privadas. Conforme a visão do Governo do Timor-Leste para a infraestrutura rodoviária do país, esta se propõe a,

[...] a. Realizar um programa abrangente da manutenção de estradas; b. Reabilitar todas as estradas existentes; c. Construir novas pontes para proporcionar o acesso às principais vias, em todas as condições meteorológicas, dentro de cinco anos, e às restantes estradas, nacionais e distritais até 2030; d. Desenvolver a infraestrutura rodoviária necessária para apoiar o desenvolvimento da costa sul; e. Estabelecer padrões nacionais para as estradas de circunvalação, e desenvolver estradas de circunvalação que respeitem os padrões, até 2030 (PED, 2011-2030, 86-87).

Um novo país no mundo, sempre enfrentando o mesmo problema de precariedade infra-estrutural, porquanto a vida dos habitantes da zona urbana sempre enfrenta muitos desafios e obstáculos. As necessidades principais são o acesso à água potável e ao saneamento básico. Com vistas a resolver as deficiências enfrentadas pelos habitantes da cidade, o Governo do Timor-Leste estabeleceu o Plano Estratégico de Desenvolvimento em longo prazo, de 2011 até 2030.

Considerando que o Plano de Desenvolvimento Nacional, elaborado em 2002, conta com mais de uma década, as necessidades básicas que ele aponta continuam sendo tão relevantes no momento atual para o Timor-Leste quanto o eram quando o documento foi elaborado. A visão do Plano previu que, até 2020,

1. O Timor-Leste será uma sociedade democrática e prospera com alimentação suficiente abrigo e vestuário para todos;
2. As pessoas serão letradas, qualificadas, saudáveis e viverá uma vida longa e produtividade para participarão ativamente no desenvolvimento econômico, social e

- política que promovendo a igualdade social e unidade nacional;
3. As pessoas deixarão de estar isoladas, uma vez que haverá boas estradas, transportes, eletricidades e comunicações nas cidades, entre todas as regiões do país;
  4. A produção e emprego aumentarão em todos os setores: agricultura, pescas e florestas;
  5. Os padrões de vida e serviços melhorarão para os timorenses (TIMOR-LESTE, 2002, p. 12).

### **3.2 Planejamento e Gestão da Área Urbana em Díli**

O planejamento urbano da capital do Timor-Leste, necessariamente, precisa ser adequado, pois, apesar de ela ser classificada como uma cidade grande é do ponto de vista geográfico, mas na realidade cidade Díli é uma cidade muito pequena se comparada a outras cidades timorenses. Por isso, é preciso adotar um bom planejamento e gestão de áreas urbanas para garantir o processo de urbanização do desenvolvimento de Díli.

Cabe, também, abordar a importância das considerações anteriormente expostas para o planejamento e gestão de áreas urbanas no tocante ao papel desempenhado por lideranças locais. Em primeiro lugar, essas lideranças são responsáveis por aspectos sociotécnicos do ambiente urbano, podendo continuar a liderar a solução de problemas para que sejam atingidas as metas de execução de estradas, água, saneamento, lixo, transporte e, por essa maneira, pode sustentar o processo de crescimento – bem como causar contínua mudança nas pressões da área social, pelo aumento da criminalidade, elevação do trauma psicológico, crescimento dos custos da assistência social e aceleração do colapso da comunidade. Podem, também, alternativamente, mobilizar-se para reverter os sinais do crescimento – que, embora considerados bons no passado, não o são mais – e ajudar a estancar a expansão da crise urbana. Em segundo lugar, obras públicas exercem influência exclusiva sobre as características compartimentadas da cidade, que arcará com as decorrentes consequências (FORRESTER, 1975).

Vale ressaltar que tudo o que se refere à gestão do urbanismo depende de decisões que afetam diretamente o número de ruas e bairros construídos, o



número de áreas industriais e loteamentos residenciais implantados, bem como a quantidade de edificações erigidas. Tais ações físicas, amparadas por política municipal de zoneamento, determinam o tipo de crescimento urbano e, mais ainda, se haverá ou não crescimento.

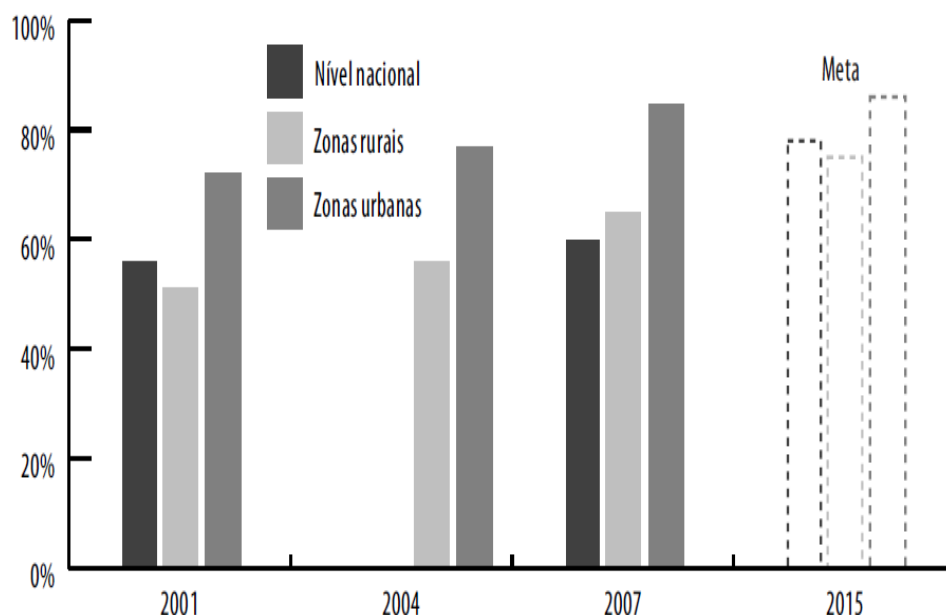
Considere-se uma cidade com abastecimento de água limitado – cada vez mais será esta a realidade. Para ilustrar o controle difuso, a água poderia ser distribuída gratuita e igualmente a cada um, para os atuais e futuros moradores. Novas casas poderiam ser construídas, novas indústrias encorajadas, o crescimento continuaria e a água poderia ser distribuída entre todos. Se não fossem encontrados outros limites ao crescimento, este continuaria até que a baixa pressão da água, faltas de água ocasionais e a ameaça do desastre decorrente de uma seca tivessem aumentado até que a emigração se igualasse à imigração.

Sobre essa circunstância de acesso irrestrito à água, o crescimento teria sido estancado, mas a natureza da distribuição equitativa da falta de água teria reduzido a qualidade de vida de todos os moradores. A falta de água seria difusa; atingiria a todos, moradores antigos e recém-chegados. Alternativamente, a política oposta de abastecimento de água ilustra o controle compartimentado. Autorizações de construção e de novas ligações de água poderiam ser negadas de modo a restringir a demanda de acordo com a capacidade de abastecimento. A água seria disponível para os atuais moradores, mas não para os novos. Sob essa circunstância, a qualidade de vida dos atuais moradores seria mantida, mas o crescimento além do limite do suprimento satisfatório de água seria restringido.

No Timor-Leste, a questão dos valores relativos para acesso continuidade da fonte de água, bem diferentes entre a zona urbanas e as rurais. Que estava foram utilizados os dados de IPV em Timor-Leste de 2007 e do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) do Timor-Leste de 2006 para ano de 2001. Que ocorre aumentou se um significativamente de acesso à fonte da água que mais alto nas áreas urbanas, que subido de 72% em 2001 para ao 79,9% no ano 2007. Só tratar de 1% a menos para alcançar ao objetivo como o alvo fixado pata 2015. Quanto mais que as áreas rurais, apenas deve se verificar um aumento, dos valores absolutos permanecem baixo, isto é necessário evoluir muito para atingir meta de 75% em 2015.

Sobre a proporção dos habitantes com acesso da fonte de água nas áreas urbanas e rurais, apresenta com respectivamente em gráfico abaixo:

**GRÁFICO 1. PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO COM ACESSO A FONTES DE ÁGUA MELHORADAS NAS ZONAS RURAIS E URBANAS, TIMOR-LESTE, 2001-2015 (%)**



Fonte: Fonte dados do Relatório MDG 2009 em Timor-Leste, IPV em Timor-Leste, 2007

A escolha entre os moradores atuais e os potenciais imigrantes é inerente a soluções práticas dos problemas urbanos. Para Forrester (1975), nas políticas propostas de gestão urbana, os aspectos legais e éticos são substanciais. Uma cidade à procura de seu próprio bem-estar será, sem dúvida, acusada de ser egoísta por discriminar os não moradores. Mas quais são as alternativas? Deve discriminar, em troca, os seus próprios moradores atuais? Deve posicionar-se contra seus próprios interesses em longo prazo? Deve ser forçada a olhar somente para o seu futuro em curto prazo? Deve ser cúmplice do adiamento da data em que enfrentará a escolha fundamental entre qualidade e quantidade? As políticas do passado não têm sido tão auspiciosas ao ponto de persuadir contra novas experiências. Aqueles que atuam no planejamento e gestão de áreas urbanas, bem como os que exercem lideranças locais, encontram-se em posição exclusiva para tentá-lo.

### 3.2.1 Habitação

Díli é o centro de todas as atividades de governo, negócios, economia, educação e outro no Timor-Leste. Desde 2000, todas as atividades de Governo nela centralizadas e até hoje o Timor-Leste não tem conhecimento de qualquer governo local. Assim, todos buscam a urbanização de Díli para procurar emprego, estudar e fazer negócios. Conforme o censo de 2010, a população da cidade de Díli era composta de 234.026 habitantes, compostos por homens e mulheres, num total de 124 388 homens e 109 638 mulheres. A população total do Timor-Leste é de 1.066.409 habitantes.

Sobre total população de Timor-Leste cada distrito, a maior parte mora em áreas urbanas conforme a tabela seguinte.

**TABELA 1. POPULACAO URBANA E RURAL POR DISTRITO, 2010**

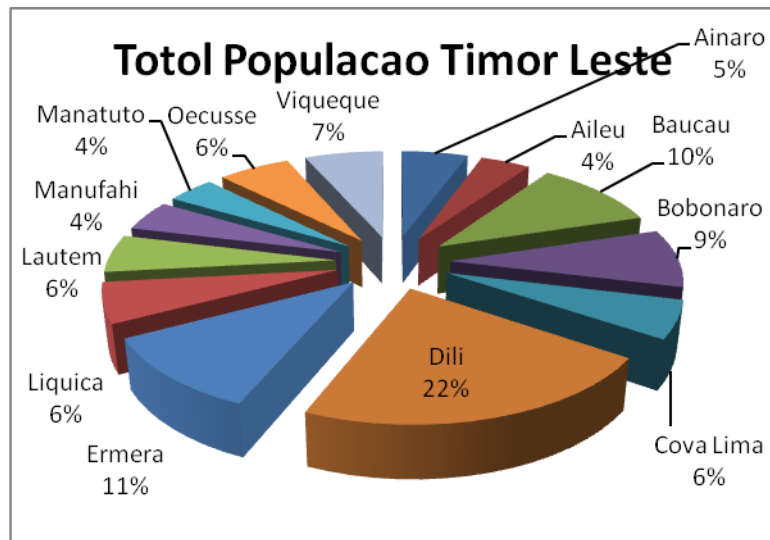
Nome	Total	Urbana	Rural	Relação Urbana - Rural
Ainaro	59.175	13.121	46.054	29
Aileu	44.325	3.576	40.749	9
Baucau	111.694	20.852	90.842	23
Bobonaro	92.049	16.688	75.361	22
Cova Lima	59.455	81.23	51.332	16
<b>Dili</b>	<b>234.026</b>	<b>192.652</b>	<b>41.374</b>	<b>465</b>
Ermera	117.064	7.780	109.284	7
Liquiça	63.403	5.081	58.322	9
Lautem	59.787	12.946	46.841	28
Manufahi	48.628	11.504	37.124	31
Manatuto	42.742	9.096	33.646	27
Oecusse	64.025	8.638	55.387	16
Viqueque	70.036	6.029	64.007	9
<b>Total Populacao Timor Leste</b>	<b>1.066.409</b>	<b>316.086</b>	<b>750.323</b>	<b>42</b>

Fonte: Censo Demográfico da Migração, 2010

Os dados acima sugerem que a cidade de Díli, que abrange apenas 372 quilômetros quadrados, encontra-se superlotada. É de se imaginar, é claro, que certamente não há terrenos vagos na cidade, afinal 22% da população mora

em cidade de Díli, conforme os dados apresentados no Gráfico 2 sobre a densidade populacional urbana e rural.

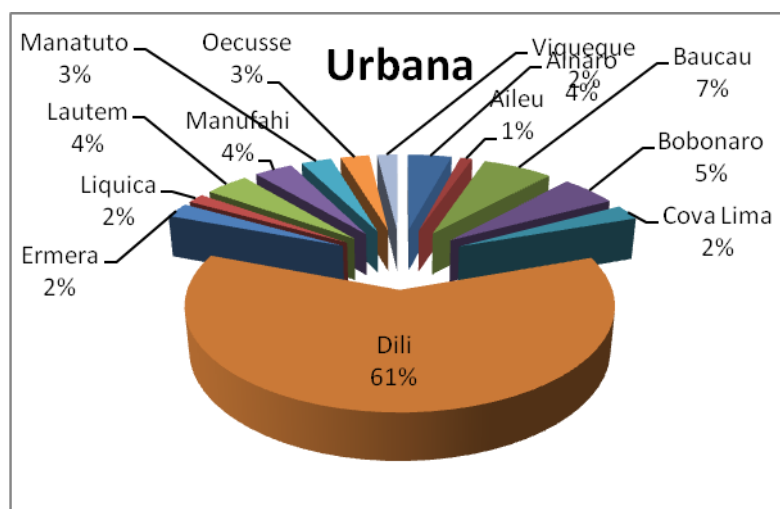
**GRAFICO: 2. DENSIDADE POPULAÇÃO URBANO E RURAL POR DISTRITO**



Fonte: Censo Demográfico da Migração, 2010

De acordo com dados apresentados verifica-se que 316.086 pessoas moram em áreas urbanas, e destas a grande maioria mora numa mesma cidade. O gráfico 3 abaixo demonstra que 61% da população está concentrada em Díli.

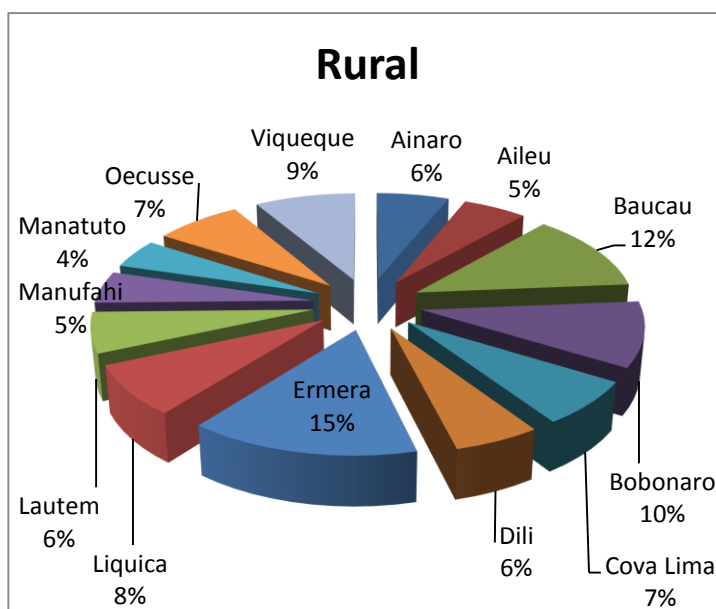
**Gráfico 3. DENSIDADE POPULACAO NAS AREAS URBANAS E RURAL NO TIMOR-LESTE**



Fonte: Censo Demográfico da Migração, 2010

Em relação com a densidade de urbanização no Timor-leste, especialmente em cidade Díli. Apresenta também a porcentagem de população que moram nas áreas rurais com, a saber, sobre ao balanço a densidade da população no Timor-Leste entre nas áreas urbanas e rurais, mostra em gráfico seguinte.

GRAFICO 4. PORCENTAGEM POPULACAO QUE MORAM NAS AREAS RURAIS.



Fonte: Censo Demográfico da Migração, 2010

Por enquanto, Díli funciona quase 24 horas por dia. Há sempre uma boa atividade no mercado e nos locais de entretenimento à noite. Especialmente agora, cada vez mais congestionada durante o horário de trabalho, quando as pessoas se deslocam para regressar a casa. Por vezes, a hora do almoço se esgota na estrada. Por toda a parte há novas lojas com diferentes estilos.

Quanto ao custo de vida, muitos estrangeiros se chocam ao chegar a Díli, pois o este é bastante elevado. Muitas pessoas têm como rendimento \$ 400 mensais e, por isso, não podem desfrutar de qualidade de vida. Comparando os salários pagos no Timor-Leste e na Indonésia, talvez nesta última, um rendimento de cerca de \$ 400 USD seja equitativamente mais elevado. Assim, constata-se que o custo de vida na cidade de Díli, em particular, é muito caro, mas deve-se levar em conta que o custo de transporte na referida cidade é o mais barato do mundo. Com 20 centavos, um cidadão é

capaz de se locomover por meio de micro-ônibus e com US \$ 1 pode-se pagar uma viagem de táxi.

Ademais, em termos de alimentação, com US \$ 1,30 é possível comprar um prato de arroz com coxas de frango e doce, mas, para o restaurante, o custo mínimo por uma refeição é de US \$ 2,50.

### **3.2.2 Educação**

O setor educacional é muito importante para a soberania de um país, pois todas as instituições envolvidas no desenvolvimento nacional e os agentes profissionais são formados através de um sistema de educação, o qual necessariamente deve ser de alta qualidade. Por isso, faz-se necessário uma atenção especial para o problema da educação, dado ela ser o polo de todas as instituições. Tanto as instituições públicas quanto as privadas requerem sempre a atuação de especialistas e profissionais para aprimorar a quantidade e qualidade do desempenho.

#### **3.2.2.1 O Sistema Educacional do Timor-Leste**

A maioria dos dicionários define a educação como o ato de educar. É uma trajetória certa para haver mudança significativa no desenvolvimento pessoal, cultural e social de uma nação. Uma boa educação sempre oferece qualidade, motivando a criatividade do homem para melhorar a vida em todos os seus aspectos. Concordamos com Ferreira (2010, p. 271), em cujos termos “a educação é o ato ou efeito de educar (-se) ou processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano”. A educação e a formação acadêmica de professores são a chave para melhorar as oportunidades de vida do povo, para ajudá-lo a concretizar todo o seu potencial, sendo ainda vitais para o crescimento e o desenvolvimento econômico do Timor-Leste.

A educação tem um grande papel na mudança do perfil desta nova nação. A educação no Timor-Leste passou por um patamar denominado de

fase colonialista portuguesa, que se estendeu por mais de 400 anos. Tratava-se de uma educação elitista, pois era destinada apenas aos filhos das autoridades. Com o advento da ocupação da Indonésia, que duraram 24 anos, houve a oportunidade de a educação ser aberta para todos. Nesta fase, os timorenses conseguiram ter uma progressão na linha de analfabetismo. Conforme o censo da Indonésia, em 1997, 90% dos timorenses deixaram de ser analfabetos.

Na fase de transição, ou fase UNTAET (*United Nation Transition Administration of East Timor*), com duração de três anos (de 1999 a 2001), o governo transitório esforçou-se para reativar as escolas em todo o território nacional, contemplando todos os níveis de ensino. Neste momento, foi determinado que os estudantes finalistas de universitários devessem atuar como professores, tendo por clientela os alunos de ensino básico e secundário. Obviamente, tais estudantes iniciaram o exercício profissional com pouco conhecimento empírico e metodológico acerca da prática docente.

Por fim, na fase conhecida como a restauração da Independência do Timor-Leste, de 20 de maio de 2002 até os dias atuais, o país instituiu uma visão mais clara acerca da educação por meio da Constituição da República Democrática de Timor-Leste. Em seu artigo 59, a educação é delimitada como sendo aberta, gratuita e para todos. A transformação vivenciada pela educação em cada fase da consolidação da Independência Política pública do país imprimiu também alterações no currículo e na língua na qual seria empreendido o ensino, acarretando para o povo timorense um grande atraso no aprendizado da ciência.

Durante a colonização portuguesa, o português era utilizado como a língua mediadora do processo de ensino-aprendizagem. Contudo, naquela época, como já foi dito, a educação era exclusivamente destinada aos filhos das autoridades, conhecida como uma educação para a elite. No tempo da ocupação indonésia, a educação torna-se aberta e se impõe à população falar a língua indonésia, tendo sido os timorenses proibidos de falar português como língua de comunicação. A língua indonésia foi instituída numa educação à moda militar, porque os professores de malaio eram em sua maioria militares. Durante a UNTAET, a língua utilizada no processo de ensino-aprendizagem era uma espécie de língua geral, que mesclava características do tétum, malaio

e português. Ainda hoje, a maioria dos professores que foram produtos da Indonésia fala o malaio em sala de aula, impondo às crianças aprender esta língua ao mesmo tempo em que aprendem a ciência.

Após de restauração da Independência, “o estado reconhece ao cidadão o direito à educação e à cultura, das suas possibilidades, gratuito, nos termos da lei”, (CONSTITUIÇÃO RDTL, 2002, parágrafo 8, artigo 59.1). Destarte, o Estado timorense garante aos cidadãos o acesso à educação em todos os níveis de ensino. As línguas utilizadas na sala de aula são o tétum e o português. Conforme a Lei de Bases da Educação artigo 8, 2008 (jornal da republica, p. 2643), “as línguas de ensino do sistema educativo timorense são o tétum e o português”. Nesta conjuntura, a maioria dos professores no ensino básico e secundário explica os conteúdos em tétum e os alunos copiam da lousa em português.

### **3.2.2.2 Estabelecimento da Lei de Bases da Educação**

A Constituição da República Democrática de Timor-Leste, em seu artigo 59, sobre Educação e Cultura, atribui ao Estado à criação de um sistema público de ensino básico universal, obrigatório e, na medida do possível, gratuito. Afirma igualmente o documento que o Estado reconhece e fiscaliza o ensino privado e cooperativo. No dia 9 de outubro de 2008, o Parlamento Nacional do Timor-Leste aprovou a lei no 14/2008, passando a vigorar a partir do dia 29 de outubro do referido ano. Trata-se da Lei de Bases da Educação, que consiste em 57 artigos que se dividem em capítulos e seções.

A Lei de Bases da Educação representa um passo decisivo no sentido do estabelecimento de um quadro legal de referência para a organização, orientação, regulação e desenvolvimento do sistema educacional emergente das profundas mudanças que o país atravessa desde a sua restauração da independência. A consagração da universalização do ensino básico para nove anos de escolaridade obrigatória e gratuita, o reforço da garantia da igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolares e a previsão de medidas destinadas a proporcionar uma escolaridade efetiva a todos os cidadãos



estabelecida em padrões de qualidade são marcos importantes desta lei (Preâmbulo LBE, 2008).

O Estado se arroga o direito de fazer uma reformação institucional na política educacional. Porém, não devemos nos esquecer de que a transformação cultural advém do processo de desenvolvimento de uma nação. Desta vez, a nosso ver, o Estado mostrou um bom direcionamento com a aprovação e promulgação da referida lei. No parágrafo 5, inciso nº 6 da LBE, institui-se que cabe ao Estado “descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e ações educativas, de modo a proporcionar uma correta adaptação às realidades locais, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes”. A este respeito, Gusmão (Fórum Haksasuk, 2013, p. 03) enfatiza que “a educação é uma referência básica e profunda à transformação cultural para obter reorganização, reorientação e reintegração”.

### **3.2.2.3 Mudanças no Sistema Educacional Timorense em Decorrência da Promulgação da Lei de Bases da Educação -2008**

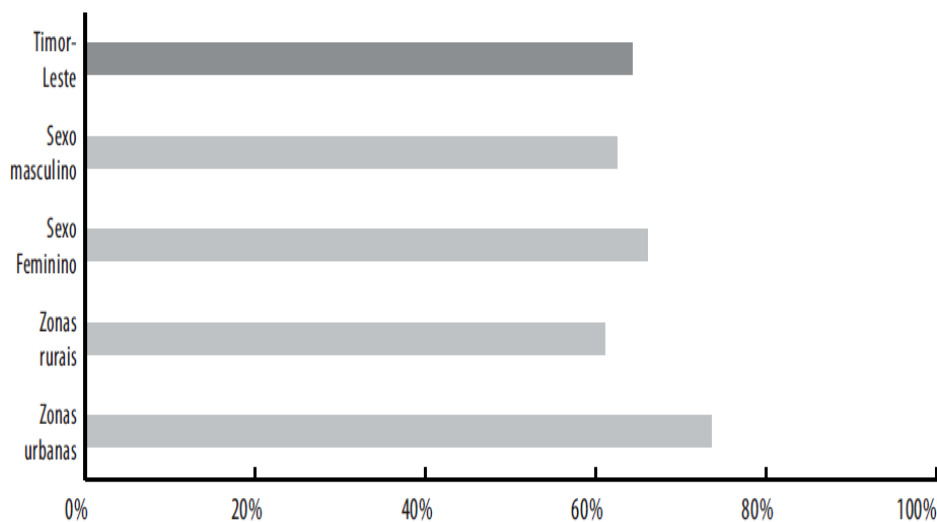
Pode-se afirmar que o sistema educacional do Timor-Leste passou por uma mudança após a promulgação da Lei de Bases da Educação, em 2008. Anteriormente, o sistema de ensino atendia ao modelo 6-3-3, ou seja, o educando cursava seis anos de ensino primário, três anos de ensino pré-secundário e três anos de ensino secundário para então passar para o ensino superior. Atualmente, o ensino básico conta com nove anos de escolaridade, subdividido em três ciclos, a saber:

- a. 1º ciclo: do 1º ao 4º ano de escolaridade;
- b. 2º ciclo: do 5º ao 6º ano de escolaridade;
- c. 3º ciclo: do 7º ao 9º ano de escolaridade.

Baseado na localização, o indicador de rácio liquidações dos matriculas no ensino básico ou primário amostra se uma grande porcentagem em zonas urbanas do que rurais. Por exemplo, (78,7% e 75,9%, respetivamente). Com respeito no gênero, às porcentagens são mais elevadas por sexo feminino compara se com masculino (66% e 62,5%).

Para entender e conhecer mais claramente sobre a liquidação de matrícula no ensino primário no Timor-leste, que é onde o documento foi estava desvendado em relatório Objetivos de desenvolvimento do Milênio (ODM) 2009 em Timor-Leste, com respetivamente e plenamente amostradas no gráfico 5 abaixo:

**GRÁFICO 5. RÁCIO LÍQUIDO DE MATRÍCULAS NO ENSINO PRIMÁRIO, POR LOCALIDADE E SEXO, TIMOR-LESTE, 2007**



Fonte: Dados Relatório MDG 2009 em Timor-Leste, IPV em Timor-Leste, 2007

Por outro lado, o ensino secundário, que antes da LBE de 2008 era concluído após 10 anos de escolaridade, passou a ser concluído após 12 anos de escolaridade. Após concluir o ensino secundário, o estudante deve prestar um exame vestibular para continuar seus estudos em nível superior.

No Timor-Leste, no ensino básico e secundário, a progressão escolar dos alunos se faz mediante a determinação das notas registradas na caderneta. Não há uma padronização definitiva por parte do governo para os alunos serem aprovados ou reprovados, principalmente para aqueles que não façam o exame nacional. Normalmente, o critério adotado pelo conselho de professores, através de uma assembleia feita no final do ano letivo, prevalece. Contudo, a aprovação dos alunos no 9º e no 12º ano de escolarização é determinada por uma equipe nacional, composta por professores escolhidos de cada distrito.

Para se qualificar para outro nível de ensino mais elevado, o aluno precisa dispor de um diploma aprovado e legalizado. Além disso, para ingressar no ensino superior, o estudante deve ser aprovado no exame vestibular, muito embora no Timor-Leste haja apenas uma universidade.

Além do ensino formal delimitado acima, há também o ensino destinado para as pessoas acima da idade escolar regular, que não tiveram oportunidade de frequentar a escola. Este ensino incorpora o programa da Campanha Nacional da Alfabetização, dispondo ainda de um curso pós-alfabetização e do programa de ensino básico equivalente.

Em todo o mundo, a educação técnica e vocacional é vista como importante para capacitar as pessoas a assumirem novos desafios e adaptarem-se às circunstâncias sociais e econômicas em mutação. Isto também se aplica ao Timor-Leste. A formação e educação técnica vocacional se enquadram no nível de ensino secundário.

Sobre a questão do ensino secundário no Timor-Leste estava dividido em escolas secundárias públicas e escolas secundárias técnicas profissionais. Ocorre no ano 2010 aos totais estudantes de ensino secundário (incluindo escolas técnicas profissionais) era de 40.781, com 2.073 professores como empregados no sistema de ensino secundário. O sector privado é responsável por 31% do total das matrículas e 43% no distrito de Dili, atualmente como capital do país. Existe um capital social atualmente 91 escolas secundárias em Timor-Leste, das quais 74 são gerais (43 públicas e 31 privadas) e 17 são técnicas (12 públicas e 5 privadas). Atualmente o número de alunos que concluem os estudos nas escolas técnicas é extremamente baixo, sendo que apenas 12% dos jovens em idade apropriada que concluíram os seus estudos neste período de escola, Timor-Leste (PED, 2011-2030).

Sobre o total de estudantes, professores e edifícios das escolas apresentamos a seguir a tabela 2 e gráfico 6 que ilustram tal cenário.

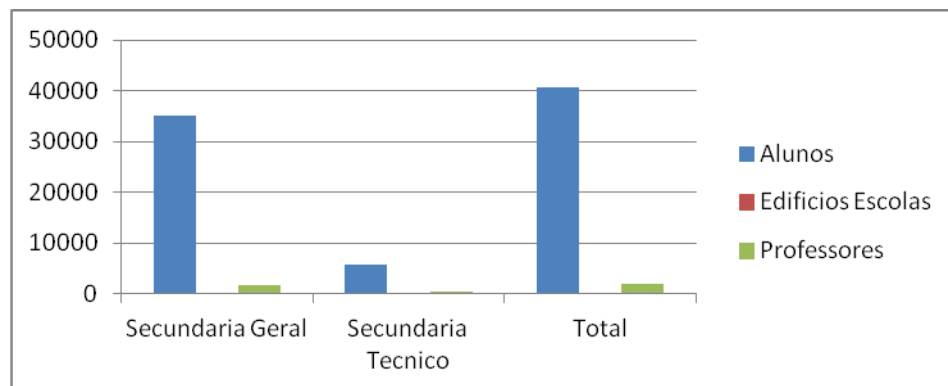
**TABELA 2. ENSINO SECUNDÁRIO NO TIMOR-LESTE**

	<b>Secundário Geral</b>	<b>Secundário Técnico</b>	<b>Total</b>
Alunos	35062	5719	<b>40781</b>
Edifícios Escolas	74	17	<b>91</b>

Professores	1696	377	<b>2073</b>
-------------	------	-----	-------------

Fonte: PED 2011-2030, dados Ministério da Educação

**GRAFICO 6. TOTAL ETUDANTES, PROFESSORES E EDIFICIO NO TIMOR-LESTE.**



Fonte: PED 2011-2030, dados Ministério da Educação

Evidentemente, é importante assinalar as qualificações das quais o Timor-Leste necessita para construir um sistema de formação vocacional para atender a estas necessidades. Para que a nossa nação seja capaz de exercer um governo efetivo, desenvolver as nossas indústrias, prestar serviços de educação e saúde e construir infraestrutura moderna, o país precisa de pessoas qualificadas. Em verdade, sem formação profissional de qualidade e sem uma cultura de desenvolvimento das nossas aptidões, o nosso povo não será capaz de gerar os empregos e as oportunidades resultantes dos grandes projetos e das novas indústrias que virão a ser estabelecido no Timor-Leste.

Antes de 2004, havia 17 instituições de ensino superior em funcionamento, servindo mais de 13.000 alunos. Até ao início de 2011 existem apenas 11 instituições em funcionamento, 9 das quais possuem acreditação académica, servindo cerca de 27,010 alunos. Desde 2009 as matriculas de jovens do sexo feminino no ensino superior melhoraram em 70%.

A Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL), na época da invasão de nominado UNTIM foi restabelecida em 2000. A UNTL serve os propósitos nacionais de ensino e de investigação com vista ao conhecimento especializado da comunidade, promovendo a liberdade de pensamento e fortalecendo a cultura e a democracia timorense. Dado que é a única

universidade pública ou Estadual em Timor-Leste, foi desenvolvido um quadro legislativo para assegurar a autonomia da UNTL.

Existem também 10 instituições privadas de ensino superior em Timor-Leste, as quais precisam melhorar a qualidade e a relevância dos seus cursos para melhor corresponder as necessidades sociais e econômicas do País. Isto inclui o aumento de cursos superiores orientados para as necessidades do mercado de trabalho e para a melhoria do desenvolvimento geral do conhecimento nas áreas da inovação e do sector empresarial, conforme verifica-se na tabela abaixo.

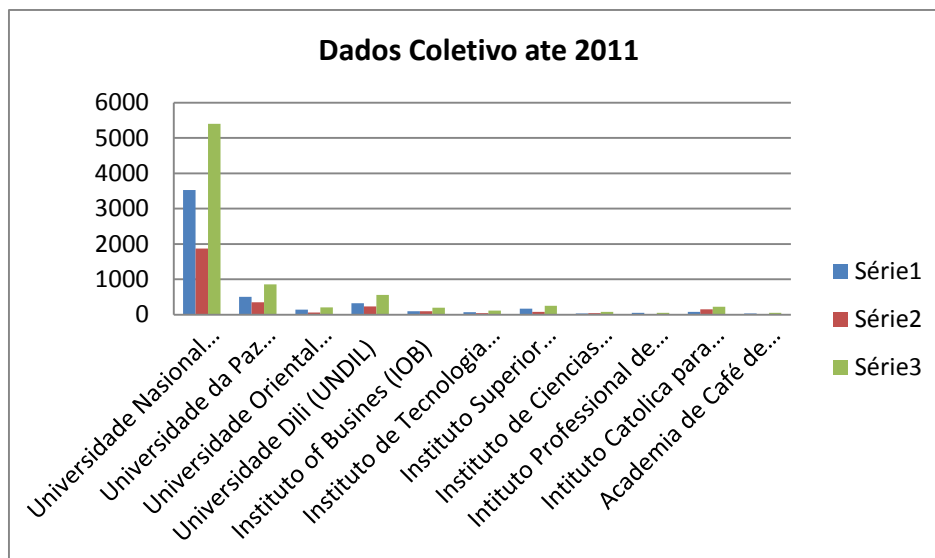
**TABELA 3. ESTUDANTES QUE CONCLUÍRAM OS ESTUDOS SECUNDÁRIO (DADOS ACUMALATIVO ATÉ 2011)**

No	Instituição	Situação	2011		
			M	F	Total
1	Universidade Nacional de Timor Lorosa'e (UNTL)	Acreditada	3529	1872	5401
2	Universidade da Paz (UNPAZ)	Acreditada	510	351	861
3	Universidade Oriental (UNITAL)	-	147	64	211
4	Universidade Dili (UNDIL)	-	321	236	557
5	Instituto of Buzines (IOB)	Acreditada	101	97	198
6	Instituto de Tecnologia de Dili (DIT)	Acreditada	68	47	115
7	Instituto Superior Cristal (ISC)	Acreditada	167	81	248
8	Instituto de Ciências Religiosas (ICR)	Acreditada	34	43	77
9	Instituto Profissional de Canossa (IPDC)	Acreditada	49	-	49
10	Instituto Católica para Formação de Profissional (ICFP)	Acreditada	79	150	229
11	Academia de Café de Timor Leste (ETICA)	Acreditada	38	11	49
<b>Totalidade</b>			<b>5043</b>	<b>2952</b>	<b>7995</b>

Fonte: PED-2011-2030, dados Ministério da Educação

Segundo os dados anterior apresentados à maioria dos estudantes de graduação concluíram seus estudos na Universidade Nacional Timor Lorosa'e e, enquanto o restante nas demais universidades e instituições de ensino citadas ao longo desse trabalho. Como, a saber, à porcentagem dos estudantes que terminaram os seus estudos, apresenta em gráfico seguinte.

**GRAFICO 7. TOTAIS DE ESTUDANTES GRADUADOS NAS UNIVERSIDADES E INSTITUTOS NO TIMOR-LESTE**



Fonte: PED-2011-2030, Dados Ministério da Educação

De acordo com os dados de ministério da educação e Plano Estratégico do desenvolvimento de 2011 a 2030 apresentadas na tabela 3 e gráfico 7 acima, a total maioria estudantes que terminaram os seus estudos na Universidade Nacional Timor Lorosa'e e, os restantes concluíram os seus estudos nas outras universidades e os institutos.

#### **3.2.2.4 Duas Línguas no Processo de Ensino-Aprendizagem**

Duas línguas oficiais foram aprovadas pelos 88 representantes do povo no FUKUN (Parlamento Nacional) em 2002 e então estabelecidas no artigo 13 da Constituição da República Democrática de Timor-Leste: o tétum e o português, que passaram a serem línguas nacionais e oficiais. Isto abriu o precedente necessário para o estabelecimento da Lei de Bases da Educação. No artigo 8 da LDB, consta que “as línguas de ensino do sistema educativo timorense são o tétum e o português” LBE (JORNAL DA REPÚBLICA, 2008, p. 2.643).

No entanto, este artigo enfraqueceria a qualidade do ensino no país, pois, com duas línguas de ensino-aprendizagem, torna-se difícil para o professor ministrar suas aulas ou motivar os alunos para aprender os conteúdos. Ou seja, esta conjuntura cria desafios de compreensão e apropriação dos conteúdos. Em consequência disto, os alunos não conseguem assimilar e relacionar o conhecimento científico com o conhecimento cotidiano.

Um grande obstáculo para os professores são os produtos da Indonésia que entram no país, inclusive aqueles de natureza didática, todos escritos em malaio, e não em português ou tétum. É inegável que o tétum é a língua mais utilizada pelas comunidades de fala timorenses, assim como pela sociedade e pelas instituições governamentais e não governamentais. Na verdade, o tétum se desenvolveu de forma mais significativa durante as três décadas passadas no território. A partir da ocupação indonésia, impôs-se aos timorenses não falar português, considerado como um idioma cujo uso atenderia a motivações políticas. Desse modo, o português passou a ser proibido pelas tropas indonésias, e, no dia-a-dia, o povo começou a falar tétum como língua de comunicação, além do malaio.

Muitos estudantes universitários e alguns intelectuais, inclusive professores, consideram que ainda falta ao tétum padronização e termos técnicos que possibilitassem a sua utilização como a língua mediadora do processo de ensino-aprendizagem, apesar de o INL (Instituto Nacional de Língua) ter elaborado e publicado algumas gramáticas de tétum. Contudo, pode-se afirmar que o tétum utilizado recentemente de fato não dispõe de padronização. Aliás, trata-se de uma mescla de características do tétum-praça (ou tétum-Díli), utilizado pelos habitantes da capital, Díli ou Díli Oan, e o tétum-terik, variedade rural. A gramática elaborada e publicada pelo INL adotou diversos usos do tétum-terik, variedade rural falada pelos habitantes da região sul do país, que são Suai, Viqueque e uma parte de Manatuto (Soibada). Ocorre que muitos timorenses não conhecem esses usos. Daí surgiu à ideia de falta de padronização ou de disponibilidade científica do tétum.

À parte de toda esta problemática, o português é tido como língua oficial e como língua mediadora do processo de ensino-aprendizagem tanto na Constituição da República Democrática de Timor-Leste como na Lei de Bases da Educação. Esta última determina que os professores, sejam eles

experientes, iniciantes ou futuros, devem se comunicar em Língua Portuguesa na sala de aula, embora, na prática, muitos professores resistam a utilizar o português como língua de aprendizagem ao lado do tétum na apresentação dos conteúdos, pois poucos deles falam e entendem português. Além disso, os manuais didáticos são todos elaborados em português pelos professores do Brasil e de Portugal, cujo sistema educacional é extremamente diferente daquele existente no Timor-Leste.

Em virtude disto, o professor não consegue dominar o conteúdo por limitação da língua, e busca explicar os conteúdos em tétum, enquanto os alunos copiam nos cadernos orientações em português. As perguntas elaboradas nos exames são em português. Os professores não conseguem explicar bem os conteúdos. Os alunos, por sua vez, também não conseguem entendê-los adequadamente, porque o método utilizado não é relevante para o conteúdo ministrado. Uma boa aula demanda a interação entre professores e alunos. E, quando existe correlação entre o método utilizado e o assunto explicado, para facilitar a compreensão dos alunos, os professores buscam aliar o conhecimento científico ao conhecimento cotidiano dominado pelos discentes.

Destarte, os alunos se veem constrangidos a memorizar as anotações de aula escritas em português no caderno como forma de obter uma boa nota e ser aprovado no ano letivo. É claro que este não é o objetivo principal da educação timorense. A abordagem dos conteúdos se destinaria a preparar os alunos para assumir seu lugar de cidadão num mundo permeado pela tecnologia e atender às demandas do mercado de trabalho.

A oportunidade de aprendizado passa sem que as crianças possam aproveitá-la. A consequência disto é que ela enfrenta grandes dificuldades para aprender as ciências em geral num nível mais elevado porque a base do conhecimento não é forte. Em virtude disso, é comum que os aprendizes percam a autoconfiança para fazer coisas novas por medo de, no futuro, não conseguir responder às exigências do mercado no mundo moderno.

### **3.2.3 Saúde**



O sistema de saúde atual corre o risco de ser pautado por metodologias e equipamentos inadequados. Essa questão é uma realidade que ocorre no Timor-Leste ao momento, isso porque, sobretudo após a retirada dos técnicos e organizações internacionais. O desenvolvimento não tem de passar obrigatoriamente pela implementação de sistemas sofisticados, considerados top de linha. A preocupação deverá ir antes ao encontro das reais necessidades e capacidades da população, de forma a poderem ser os timorenses a criarem a suas próprias instituições e a definirem as suas prioridades. Provavelmente, os resultados seriam mais lentos e menos brilhantes em curto prazo, mas, com certeza, mais sólidos e duradouros.

As alterações dos indicadores da saúde ao longo dos últimos doze anos indicaram que o governo Timor-Leste está a progredir rapidamente no seu esforço para vencer os grandes desafios na área de saúde, caracterizados por taxas de mortalidade materna e infantis consideravelmente altas. Isto ocorre porque há uma situação agravada pela alta incidência de doenças contagiosas.

Sobre taxas de mortalidade materna e infantis, governo Timor-Leste vem tentando reduzir os números com a ajuda do ministério da saúde através do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030. Como exemplo, apresentamos abaixo a tabela 5 sobre redução da mortalidade infantil.

**Tabela 4. Redução da Mortalidade de Infantil**

Indicador	Unidade	2001	2007	2009	2010	Alvo 2015	Estado	Fonte
Taxa de mortalidade materna	Per 100,000	660 <sup>a</sup>		450 <sup>b</sup>	557	252	fora da pista	
Proporção de partos assistidos por staff de saúde qualificado	%	24 <sup>a</sup>	19 <sup>b</sup>	29,6 <sup>c</sup>		60	fora da pista	
Taxa de prevalência contraceptiva	%	8 <sup>a</sup>	19,8 <sup>b</sup>	22.4 <sup>c</sup>	26,1 <sup>c</sup> (2012)	40	fora da pista	

Fonte: Timor-Leste Progress on MDGs FY, 2013

Por outro lado, sobre as condições da vida insalubres do povo timorense, que incluem, entre outros fatores, o superpovoamento, moradias improvisadas, água potável não purificada, condições de trabalho inseguras, inadequada eliminação de resíduos e insegurança alimentar. São assuntos concernentes à saúde pública do país. Para resolver as deficientes condições de vida ainda verificadas no Timor, é instituída uma ação local, empreendida por grupos de organizações comunitárias e pelo trabalho dos governos locais, para os quais deve existir um sistema que permite mutuamente a parte de colaboração e a coordenação.

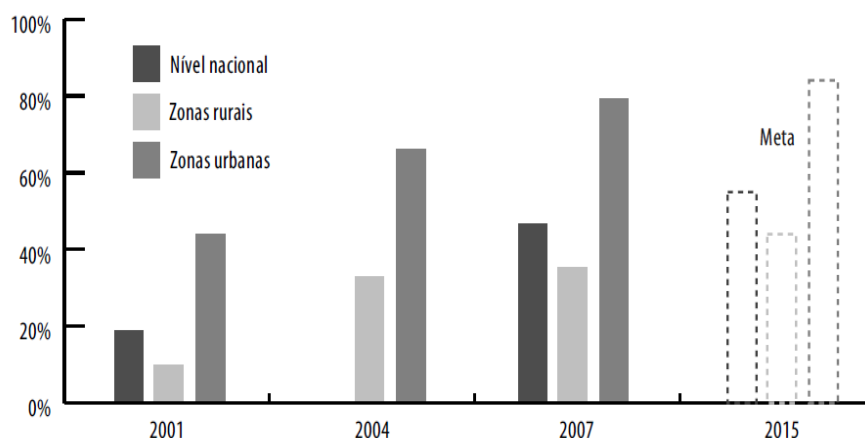
O Ministério da Saúde do Timor-Leste considerou a marginalização, a estigmatização e a discriminação no setor de saúde ambiental pelos serviços sanitários e sociais convencionais como um mau legado do passado, ou seja, inclui também a saúde ambiental como um componente crucial dos cuidados de saúde primários que são necessários para garantir que os indivíduos realizem plenamente o seu potencial e trabalhem de modo produtivo e frutífero para o bem-estar do país.

Neste caso, segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento, até o ano de 2030, o Timor-Leste terá uma população mais saudável como resultado de serviços de saúde abrangentes e de boa qualidade, acessíveis a todos os cidadãos timorenses, tendo como objetivo combater ou reduzir a pobreza, além de aumentar níveis de rendimentos e melhorar a produtividade nacional. Para concretizar esta visão, o governo pretende implementar recursos em três áreas fundamentais diversas: prestação de saúde, recursos humanos e infraestrutura. Isto porque as metas globais do governo quanto à prestação de serviços de saúde consistem em três: a) garantir cuidados de saúde primários de qualidade para a todos os cidadãos timorenses; b) incidir nas necessidades das crianças, mulheres e outros grupos vulneráveis; c) desenvolver um serviço hospitalar capaz de dar respostas às necessidades do povo em termos de cuidados especializados (PED, 2011-2030, p. 39).

A questão valores relativos para acesso sustentável a fontes de água melhoradas diferente nas zonas urbanas e rurais. Neste sentido foram usados os dados do IPV em Timor-Leste de 2007 e do RDH de Timor-Leste de 2006 para o ano de 2001. Registou-se um aumento significativo no acesso a fontes de água melhoradas nas zonas urbanas (Gráfico 8), tendo assim, subido de

72% em 2001 para 79,9% em 2007. Trata-se de apenas 1% a menos do que a meta fixada para 2015. Quanto às zonas rurais, apesar de se verificar um aumento, os valores absolutos permanecem baixos. Por isso, é necessário evoluir muito para atingir a meta de 75% em 2015.

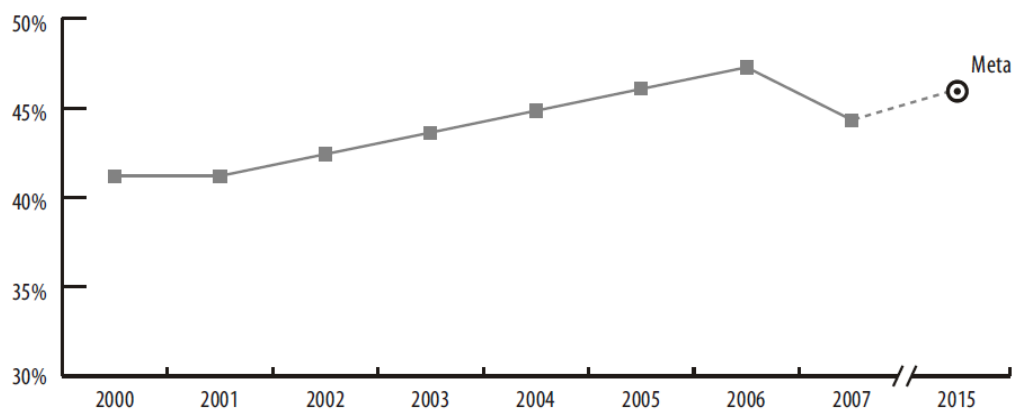
**GRÁFICO 8. PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO COM ACESSO A SANEAMENTO MELHORADO NAS ZONAS RURAIS E URBANAS, TIMOR-LESTE, 2001-2015 (%)**



Fonte: dados relatório MDG 2009 em Timor-Leste, IPV em Timor-leste, 2007

Segundo indicador anterior ou dado acima também indicou que um aumento bastante entre 2000-2006, seguido de uma descida em 2007 que amostrada em gráfico 9 seguinte.

**GRÁFICO 9. PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO COM ACESSO A SANEAMENTO MELHORADO, TIMOR-LESTE, 2000-2015 (%)**



Fonte: dados relatório MDG 2009 em Timor-leste, IPV em Timor-Leste, 2007

A questão da população com proporção de melhoria para acesso a saneamento nas áreas urbanas e rurais no Timor-Leste, segundo o indicador dos gráficos acima esta apresentada detalhadamente.

### **3.2.4 Transporte**

A fiscalização do cumprimento das normas reguladoras dos transportes rodoviários, bem como das atividades complementares e auxiliares dos transportes rodoviários, será orientada e assegurada pela Direção de Transportes Terrestres do Ministério dos Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

Os titulares e trabalhadores das empresas e atividades a que se refiram ou apliquem o presente decreto-lei e os diplomas que lhe derem execução, bem como quaisquer pessoas a quem os seus preceitos se aplicarem, são obrigados a facultar ao pessoal do organismo referido no número anterior, para efeitos de inspeção, o acesso aos seus veículos e instalações e o exame de quaisquer elementos da sua escrituração e documentação, desde que necessários para a fiscalização do cumprimento da legislação de transportes.

A atividade fiscalizadora a que se referem os números anteriores será exercida por agentes que terão o estatuto de agentes da autoridade pública e poderão solicitar e obter o apoio necessário de quaisquer funcionários ou agentes de quaisquer serviços e organismos das administrações central, regional e local, especialmente das forças de segurança e fiscalização, de competência geral ou especializada.

### **3.2.5 Segurança**

Para manter a defesa e segurança da soberania do Estado, a missão da ONU ainda está no poder no Timor-Leste, formando a F-FDTL e PNTL. Ambas as instituições são consideradas como uma força de segurança para proteger o público contra os perigos que ameaçam a estabilidade das condições de

segurança. Embora tenham sido formadas a Polícia Nacional e as Forças Armadas, para fins de segurança nacional, devemos ressaltar que a segurança no Timor-Leste não depende de instituições, pois o problema é de responsabilidade de todos os níveis da sociedade. Isto significa reduzir aproximadamente pela metade o contingente da segurança, pois ela está em nossas próprias mãos.

A questão da segurança, segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento, pontua que o contexto da segurança nacional, regional e internacional do país no século XXI é caracterizada por uma variedade de ameaças e riscos não convencionais, muitos dos quais difíceis de avaliar. Em nível transnacional, estas ameaças já incluem o crime organizado, o terrorismo, o tráfico de drogas e armas, o fundamentalismo religioso, a degradação ambiental e mudanças climáticas, além de desastres humanitários e pandemias, que podem custar a vida de milhões de seres humanos. O governo tem planos para resolver e responder a esses desafios, o que exigirá uma série de estratégias baseadas em três elementos fundamentais no contexto da segurança:

- a. Seguranças das populações – a segurança não é exclusivamente para a segurança do estado e, também para a defesa e segurança dos povos;
- b. Segurança cooperativa – o sucesso, na abordagem desses riscos e ameaças, exigirá a cooperação internacional;
- c. Defesa Interna – assegurar a proteção do estado contra as ameaças à sua segurança interna. (PED, 2011-2030, 201).

### **3.2. 5.1 A formação F-FDTL**

Em setembro de 2000, começou a construção de uma força de defesa própria credível. Uma das respostas políticas já adotadas pelo Timor-Leste foi a criação da FALINTIL - Força de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL). Após alguma hesitação, foi decidido que o núcleo do primeiro batalhão seria constituído por soldados da antiga FALINTIL. O processo de treino da FDTL demorará algum tempo e durará provavelmente até 2004. O primeiro batalhão, já formado e atualmente baseado em Lospalos, está operacional e é responsável pelo

distrito de Lautem. O segundo batalhão passou a ser operacional no final de 2003.

A força de defesa teve também um componente naval ou marítimo. Localizada em Porto Hera, opera dois navios-patrolha da classe Albatroz. Por outro lado, dentro de força armada, o país criou também a Polícia Militar que, por enquanto, ainda está concentrada na capital, pois o efetivo ainda é limitado.

Vale ressaltar que o Governo sempre considera como responsabilidade o êxito do omínio existente, posto que ele gera um potencial impacto em âmbito regional, na medida em que o Timor-Leste pode servir de parâmetro para um padrão correto de relação entre militares e civis em todas as situações de democracia. Isto é particularmente mais importante em uma região em desenvolvimento, onde os militares são frequentemente muito influentes na política e têm resistido à institucionalização de controle civil, pois a situação não tem contribuído para a segurança regional. Portanto, as missões F-FDTL devem concentrar-se e ser treinadas para ameaças de baixa intensidade e potência por via marítima, levando em consideração a natureza dos acessos marítimos e considerando uma implantação em médio prazo para reforçar o ramo naval das F-FDTL.

As F-FDTL aporta a segurança do país, mas não deve ser sobrestimada. Apesar da importante função que exerce, é apenas um instrumento que funciona para prevenir ou dissuadir potenciais situações de risco nacional, mas não pode garantir isoladamente a segurança.

No caso de haver uma crise na área de segurança que requeira a realização de um ataque militar, com certeza as forças serão incapazes de deter o agressor, tendo como única solução ou alternativa solicitar o auxílio dos seus aliados mais próximos, requerendo a presença de forças estrangeiras, provavelmente australianas. Por outro lado, a segurança é tanto um produto da força militar como de uma diplomacia hábil e do poder suave (*soft power*). Nesse contexto, a política externa do Timor-Leste e a sua capacidade para forjar relações bilaterais estáveis com os países vizinhos é, nesta fase, mais importante do que as capacidades militares.

Em resumo, podemos dizer que a natureza não tradicional das mais sérias ameaças à segurança que o Timor-Leste terá de enfrentar, em conjunto com o pequeno tamanho do país e a sua vulnerabilidade, apontam para a

necessidade de uma abordagem eclética para assegurar a segurança do país, assente num sistema de três níveis: construção da economia interna, capacidade de recuperação política e militar e preservação da estabilidade interna; construção de laços bilaterais de segurança e integração nas instituições regionais multilaterais. Mais do que das capacidades militares, a segurança depende, sobretudo, da eficiência da política externa do Timor-Leste, da sua capacidade para forjar um quadro equilibrado de relações bilaterais, e da participação na ASEAN.

### **3.2.5.2 A Formação PNTL**

Além das Forças Armadas, a missão da Organização das Nações Unidas também formou outra instituição de segurança. Trata-se da Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL), criada em maio de 2002, após a independência do país, com o intuito de prover a segurança pública, manter a lei e a ordem em todo o território nacional, prestando um serviço policial confiável, profissional e isento.

O recrutamento para a nova instituição realizou-se a partir do ano 2000, com o treinamento básico iniciando-se em 27 de março, sob a responsabilidade da Administração de Transição das Nações Unidas no Timor-Leste (UNTAET).

A PNTL iniciou suas atividades em 10 de agosto de 2001, sob a denominação de Força Policial Civil das Nações Unidas (CIVPOL), nome posteriormente mudado para Serviço Policial de Timor-Leste e, finalmente, para Polícia Nacional de Timor-Leste.

A partir de restauração da independência nacional, em 20 de maio de 2002, uma série de negociações possibilitou transferir os serviços da CIVPOL para a PNTL, que os assumiu definitivamente em todo o país em 10 de dezembro de 2003.

Atualmente, subordina-se ao Ministro da Defesa e à Segurança do Governo do Timor-Leste. Atuando como polícia judiciária e polícia ostensiva, essa força policial civil conta com as seguintes unidades especiais:

- Unidade de Reserva Estratégica (unidade de operações especiais, para atuação em situações de criminalidade violenta).
- Patrulha de Fronteira (para o patrulhamento das fronteiras do país, coibindo a entrada ilegal de estrangeiros e o contrabando).
- Força de Intervenção (nos moldes da unidade de controle de distúrbios da Guarda Nacional Republicana Portuguesa, que atuava antes da independência).

No tocante à correição e inspeção da atividade policial e apuração dos desvios de conduta, a corporação conta com a Unidade de Ética Profissional e Deontologia (PEDU), que luta contra a herança de um passado violento herdado da ocupação indonésia.

O período transitório criado pelo regime de promoção da PNTL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 16/2009, de 18 de março de 2009, e prorrogado pelo Decreto-Lei n.º 35/2011, de 3 de agosto de 2011 e pela Resolução do Governo n.º 12/2013, de 27 de março de 2013, encontra-se concluído.

O fim do período transitório e a conseqüente entrada no regime geral, mediante a qual a aplicação das regras de promoção estabelecidas passa para a responsabilidade da PNTL, requerem estabilidade e, como tal, uma linha de continuidade.

O comando atual tem contribuído para o desenvolvimento de uma hierarquia baseada nos postos estabelecidos pelo regime de promoção e ao abrigo dos princípios e objetivos desenhados para uma força policial coesa e estruturados, a fim de assegurar o bem estar da nossa população.

A manutenção do atual comando geral da PNTL desenha-se assim como favorável a este processo evolutivo. Considerando que, com a conclusão do período transitório, não é possível nomear para a posição de Comandante Geral alguém fora dos quadros da PNTL, torna-se necessária a criação de um período extraordinário, durante o qual o atual comando permanece em funções.

### **3.3 Construção do Espaço Urbano**

Para fomentar o desenvolvimento da Câmara Municipal, em Díli, foi necessário elaborar um plano adequado, tendo em vista que Díli é a capital do



país, mas é uma cidade de pequeno porte, não podendo ser separada dos vários conflitos existentes em seu perímetro urbano, especialmente por conta de questões de disputas de terra.

Por essa razão, antes da revitalização da construção civil, deve-se realizar uma abordagem com aproximação tradicional e que leve em conta as demandas sociais do Timor-Leste, de modo que todas as partes se sintam seguras e protegidas no gozo dos frutos do desenvolvimento que serão concebidos e implementados pelo governo em prol da beleza e da funcionalidade da capital do país. Por outro lado, como a funcionalidade da urbanização para diminuir os conflitos e as desigualdades sociais.

### **3.3.1 Compartimentação da Área urbana**

Díli é um dos 13 distritos administrativos do Timor-Leste, constituída por uma zona localizada na costa norte da ilha de Timor que confina a nascente com o distrito de Manatuto, ao sul do distrito de Aileu, a oeste de Liquisá e a norte do Mar de Savu, próximo à ilha de Ataúro, em frente à cidade de Díli.

Díli possui 234.026 habitantes (Projeção do censo de 2010) e uma área de 364 km<sup>2</sup>. É o menor distrito do país. A sua capital é a cidade de Díli, que é também a capital do Timor-Leste.

O nome do distrito de Díli é o mesmo da época do Timor Português, que chegou a incluir o conselho (hoje distrito). O distrito está dividido em seis subdistritos e 31 sucos<sup>7</sup>. Quais sejam:

- Subdistrito (vila) do distrito de Dili e Sucos.
- Ataúro: Beloi, Biqueli, Macadade, Maquili e Villa Maumeta.
- Cristo Rei: Balibar, Becora, Bidau Santana, Hera, Camea, Culu Hun e Meti Aut.
- Dom Aleixo: Bairro Pite Comoro, Fatuhada e Kampung Alor.
- Metinaro: Sabuli e dugongos.

---

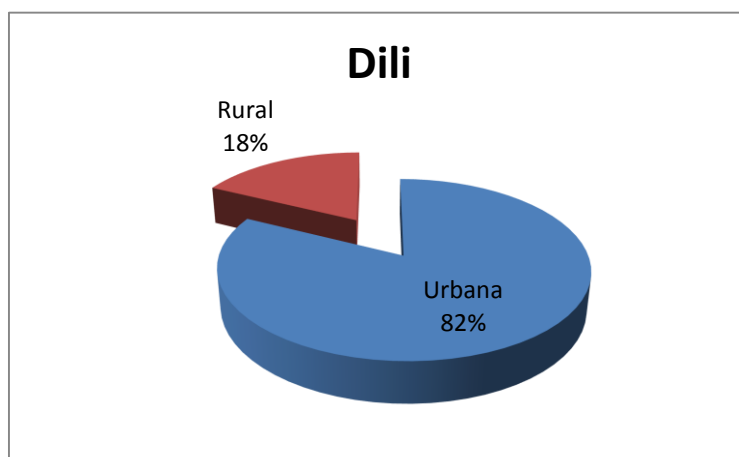
<sup>7</sup> Sucos são caracterizados como Bairros.

- Nain Feto: Acadiru Hun, Bemori, Bidau Lecidere, Gricenfor, Lahane Oriental e Santa Cruz.
- Vera Cruz: Caicoli, Colmera, Dare, Lahane Ocidental, Mascarenhas, Motael e Vila Verde.

A sede administrativa do distrito está localizada em Vila Verde. A cidade de Díli é composta por vários subdistritos e sucos. Outros assentamentos no distrito estão localizados em Dare, Vera Cruz; Hera, Cristo Rei; e Metinaro.

Sobre a densidade na cidade Díli de acordo com projeção do censo de 2010, possui 234.026 habitantes, que 82% moram em centro da cidade ou na área urbana e apenas 18% moram em zonas rurais. Para compreender melhor, esta apresenta em Gráfico 10 seguinte.

GRAFICO 10. DENSIDADE POPULAÇÃO EM CIDADE DILI.



Fonte: Censo Demográfico da Migração, 2010

Díli é o centro da educação e da economia local, na qual todo ensino e atividades de aprendizagem, tanto no nível de ensino médio como universitário, ainda estão concentradas na capital do país. Embora Díli seja a capital do estado central, ainda enfrenta muitos obstáculos e desafios em várias áreas de desenvolvimento, tais como educação, saúde, economia, política e assim por diante.

Então, para resolver os problemas, em particular nas áreas urbanas de desenvolvimento, é essencial erradicar todos os problemas que ocorrem na comunidade. Foi, então, que o Governo sentiu a necessidade de investir na formação acadêmica do povo timorense, através da realização de pesquisas a fim de descobrir os fatores condicionantes de tais problemas infraestruturais do país, no intuito de gradativamente conferir uma maior qualidade de vida às pessoas.

Se todas as deficiências enfrentadas pelo governo de Timor Leste estão resolvidas, então o processo do desenvolvimento será suave com o estabelecimento e o resultado seria apreciado por todos os níveis da sociedade. Mas se os problemas é não for resolvido completamente, de modo que como um obstáculo para o processo de desenvolvimento em que os resultados não vão satisfazer todos os cidadãos no país.

**FIGURA 4: Mapa da Cidade de Díli**



Fonte: [www.mapa+do+timor-leste.com&biw=1366&bih=68j5xJjtDQ](http://www.mapa+do+timor-leste.com&biw=1366&bih=68j5xJjtDQ)

### 3.3.2 A Dinâmica Urbana

A questão do movimento urbano no Timor-Leste, especialmente na cidade de Díli, é um tema central com relação ao desenvolvimento urbano do país. Isto porque Díli, como a capital, sempre centraliza o deslocamento de habitantes de regiões interioranas para a cidade, com o objetivo de continuar os estudos e também de estabelecer negócios.

Como o movimento de execução urbana estabelece uma relação fundamental com a dinâmica de sistemas, é preciso abordar com profundidade os desafios específicos da formulação de estratégias para atingir os objetivos necessários à melhoria das condições de urbanismo da cidade ideal do Timor-Leste. Possivelmente, a cidade ideal seria aquela com disponibilidade imediata de construções a baixo custo, oferta de empregos com salários elevados, excelentes escolas; uma cidade livre de poluição ambiental e com ausência de criminalidade, com moradias próximas ao local de trabalho, contando, ainda, com belos parques, oportunidades culturais e outras benesses. Suponha-se que tal cidade existisse. O que aconteceria? Seria percebida como o lugar ideal para se viver.

Movidas pelo que Forrester (1975 *apud* BARCELLOS, 2002, p. 04) definiu como “atratividade”,

[...] pessoas de todas as partes iriam mudar-se para essa localidade ideal, até que as vantagens proporcionadas sucumbissem diante do decorrente aumento da população e a cidade não oferecesse mais qualquer atrativo em comparação a outros lugares. Iniciariam, então, diversas pressões – diminuição da poluição ambiental, da densidade de tráfego urbano, do nível crescente de criminalidade, do consumo de drogas, de estresse, dentre outras – para o crescimento da localidade. Algumas pressões, entretanto, podem ser influenciadas, outras não.

A busca do futuro (*Future Search*) é um método vigoroso para planejar a mudança organizacional e as ações na comunidade. Desde seu desenvolvimento inicial, nos anos 1960, a abordagem da Busca do Futuro tornou-se uma técnica efetiva de planejamento utilizada por empresas de ponta, organizações e comunidades para auxiliá-las a planejar

estrategicamente o futuro. Cabana;Fiero (1995) reportam a utilização do método pela Motorola para desenvolver a estratégia global do negócio de mini chips.

Bill Gates, o conhecido líder industrial e homem de negócios, recorreram a esse método para planejar a entrada, no século XXI, da divisão de desenvolvimento de produtos da Microsoft. Roy Romer, governador do Estado do Colorado, nos Estados Unidos da América, utilizou-se também da reunião de busca do futuro para resolver com sucesso um conflito regional relativo a recursos hídricos (EMERY ; PURSER, 1996).

Díli, como a capital do país, é o menor entre treze distritos. Não obstante, sempre ocorrem para lá deslocamento população com relação à dinâmica de urbanização. Por isso, são necessárias estratégias mais adequadas em relação ao urbanismo da cidade, bem como do Timor-Leste e, sua totalidade.

Para Emery ; Purser (1996, p.26), a abordagem do urbanismo proporciona inúmeras aplicações, dentre as quais se incluem:

- (1) o planejamento do desenvolvimento de comunidades e do futuro de cidades, regiões, setores industriais e associações profissionais;
- (2) o desenvolvimento de planos abrangentes de reinvenção do governo;
- (3) o planejamento do desenvolvimento regional;
- (4) a gestão de conflitos entre partes litigiosas e diversos grupos de interesse no setor público;
- (5) o desenvolvimento de parcerias em longo prazo com clientes, fornecedores ou agentes reguladores governamentais;
- (6) a facilitação de esforços de desenvolvimento e renovação organizacional;
- (7) a condução de reuniões de planejamento estratégico corporativo.

A busca do futuro não se trata de mais uma ferramenta de gestão, mas, sim, de abordagem compartilhada da mudança planejada, que engaja o aprendizado coletivo e a criatividade de grandes grupos, inspirando as pessoas a descobrir valores comuns em torno de novas estratégias, direções futuras e ações conjuntas. O processo conjuga as melhores práticas associadas ao planejamento estratégico, pensamento sistêmico e comunicações efetivas em grupo (ASCH, 1952; BION, 1961; LEWIN, 1951), propiciando plena

participação, posicionamento acima dos interesses pessoais e tomada de decisões visando ao bem comum. Por que utilizar a abordagem da busca do futuro? Na reunião de busca, as pessoas têm a chance de derrubar as barreiras existentes e assumir mais controle de seu futuro.

Muitos habitantes dão boas-vindas à oportunidade de assumir responsabilidades, bem como aprender e trabalhar com pessoas de outras áreas, com distintas experiências de vida. As pessoas podem, então, começar a aceitar diferenças de perspectivas pessoais e de valores como realidades com as quais se convive, e não como problemas a resolver. Muitos começam a rever seus estereótipos (modelos mentais) à medida que abraçam novas coalizões de trabalho. Descobrem recursos em si mesmos e nos outros, que até então ignoravam. Projetos surpreendentes tornam-se, então, possíveis. A reunião de busca resulta, usualmente, em estratégias baseadas em ações que os participantes comprometem-se a implementar de modo livre e espontâneo, porque a abordagem encaixa-se nas aspirações humanas por interações sociais saudáveis e efetivas, bem como os participantes passam a ver sentido no que se propõem fazer (FRANKL, 1999).

Conforme assinalam Weisbord ; Janoff (2000, p.42) a reunião de busca,

[...] não requer das pessoas, portanto, longo aprendizado ou imersão em teorias complexas, tratando-se de método que os cidadãos comuns podem aplicar. Os encontros podem ser vistos como laboratório de aprendizagem, pois trata-se de um processo vivo. Cada participante tem seu modelo mental – e os modelos são muito diferentes entre si – sobre o modo como funciona o mundo. Os grupos de trabalho têm que descobrir em tempo real o seu próprio modelo se desejam permanecer conectados. Quanto mais heterogêneo for o grupo, menos provável é que algum modelo conceitual vá ajudar. O ganho para os participantes resulta dos diálogos entre si para compartilhar o entendimento, por meio de estímulos a ouvir com atenção, falar abertamente e compreender o que os outros estão dizendo, em direção à descoberta de ideias compartilhadas, dando-se conta para o que estão prontos desejos que são capazes de realizar.

Para Emery ; Purser (1996), trata-se, portanto, de um método de planejamento feito pelo povo, para o povo e com o povo.

#### **4. DESAFIOS E LIMITAÇÕES NO PLANEJAMENTO URBANO DA CIDADE DE DÍLI**

A decisão de planejar envolve várias motivações, sejam do ponto de vista econômico ou de um ponto de vista das necessidades conjunturais, exigência de agências financiadoras, necessidade de administrar melhor os recursos escassos. Portanto, a primeira mudança recomendada no processo de planejamento é passar da não-existência do planejamento à decisão de planejar.

Contudo, dentro do recorte geográfico em análise, a Cidade de Dali, assinala-se que o planejamento deve servir principalmente como instrumento de mudança social, principalmente em favor dos interesses dos menos favorecidos social e politicamente.

Um planejamento para construir a cidade de Dili, como desejado por todos os povos, considerando que sempre enfrentam desafios sobre vários aspectos. Dentre eles assinala-se: os conflitos de terras, os recursos humanos limitados, falta de unificação entre lideranças e combatentes da libertação nacional, além das desigualdades sociais.

Desse modo, questiona-se porque isso deve acontecer? porque todas as pessoas se consideram como combatentes dos libertadores na época da luta contra a Indonésia. Neste sentido, o planejamento já não deve ser tão visto como um instrumento técnico deve ser um instrumento político, para articular os diversos interesses envolvidos no processo de intervenção de políticas públicas. Pois, o planejador deve ser o mediador dos interesses da sociedade no processo, e o resultado final precisa ser tomado preferivelmente em consenso.

Considerando que o planejamento se solidifica como um processo que depende da maneira como acontecem as relações de confiança entre as diversas partes interessadas. A idéia de aprendizado nos processos de decisão passa a ser cada vez mais relevante para pensar-se planejamento.

Portanto, o processo de planejamento é um processo de decisão político que depende de informações precisas, transparência, ética, temperança, aceitação de visões diferentes e vontade de negociar e buscar soluções conjuntamente que sejam aceitáveis para toda a sociedade.

A partir dos enfoques elucidados toma-se o *estado da arte* da cidade de Dali e a problemática dos elementos elucidados a resposta às perguntas feitas anteriormente.

#### **4.1 Ocupações do Espaço na Zona Urbana e os Conflitos de Terra**

Díli é a capital de do país que, apesar de bem conhecida, é classificada como uma cidade de menor porte entre os outros doze distritos, quando considerado o total da área. Na cidade mencionada, ocorreu a ocupação ilegal de terras, após o povo do Timor-Leste ganhar a independência. Isto porque, após a independência, houve uma transferência das cidades remotas para a capital em larga escala.

Todas as atividades da comunidade timorense estão integralmente concentradas na cidade. A falta de desenvolvimento estende-se por toda a região. Por isso, o povo do país se mudou para Díli de forma massiva, visando ao comércio ou aos estudos.

Então, depois da chegada da população à cidade, houve dificuldades para conseguir moradia. Então, as pessoas passaram a ocupar os locais vazios, dedicando-se ao desempenho das atividades diárias, desenvolvendo pequenos negócios ou seguindo o propósito de ir para a escola. A migração se coloca como um obstáculo e também como um desafio para organizar a cidade. Por outro lado, os habitantes não ocuparam simplesmente uma terra vazia, mas relíquias de habitação da Indonésia, o que se deu ilegalmente. Até hoje, esses habitantes consideram esses locais como sua propriedade privada, apesar do que consta na legislação, segundo a qual todas as relíquias são propriedade do Estado. Isso foi ignorado por pessoas que não são responsáveis.

Além disso, essas ocupações ilegais ainda estão tendo razão de soldadura não razoáveis; um pedaço de terra no centro da cidade pode ter vários certificados de propriedade. Por isso, trata-se de um problema que precisa ser resolvido de forma que a abordagem com base em costumes e cultura não possa ser separada das regras que não foram tradicionalmente escritas. Nesse caso, há a necessidade de realização de um direito



consuetudinário de mediação, de modo que todas as partes possam aceitar inquestionavelmente a decisão legal.

Quando se entra em mediação com divulgação de forma tradicional, todas as partes não aceitam o resultado da decisão, podendo proceder ao tribunal para acompanhar o processo de resolução de litígios de terras. Tais ações em geral são consideradas como entraves ao desenvolvimento do Timor-Leste, e na capital em particular.

Por esse motivo, segundo o documento do Governo Federal brasileiro intitulado *Soluções Alternativas para Conflitos Fundiários Urbanos*, no Relatório n. 4:

[...] cabe ressaltar a proposta da Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos (Resolução Recomendada do Conselho das Cidades nº 87/2009) tem como princípios alguns indicativos que devem com objetivo da solução dos Conflitos Fundiários Amplos:

- I. O direito constitucional à moradia;
- II. O comprimento da função da propriedade e da cidade;
- III. A primazia da responsabilidade do estado na estruturação e implementação da política de prevenção e mediação de conflitos Fundiários urbanos nas esferas federal, estadual e municipal;
- IV. Soluções pacíficas e negociadas para situações de conflitos fundiários urbanos;
- V. Educação em direitos;
- VI. Comissões públicas de mediação e de negociação;
- VII. Implementação dos instrumentos da democracia participativa;
- VIII. Reconhecimento da legitimidade das organizações, instituições, movimentos, redes de fóruns representativos de comunidades e grupos sociais vulneráveis que atuam nas cidades para participarem dos processos de mediação e negociação dos conflitos fundiários (BRASIL, 2013, p. 58).

Para resolver os conflitos fundiários na cidade de Díli, é preciso criar um grupo mediador como mediador que tem legitimidades das comunidades e grupos sociais para atuarem com representantes no processo de mediação e negociação. Para melhorar no futuro, os representantes que incluíram no grupo como mediador, indicaram as pessoas que tem legitimidades e conhecimentos das organizações sociedades civis não governamentais e órgão do governo competente.

## 4.2 Limitação dos Recursos Humanos

Os recursos humanos são a espinha dorsal das atividades administrativas dos seres humanos. Assim, um Estado soberano deve ter irrestrita atenção quanto a este aspecto, vendo-o como prioridade em prol da construção dos vários aspectos ou fatores que devem ser baseados no potencial dos recursos em diversas áreas. Caso não se coloquem as pessoas na posição correta, isso também é um problema sério, que não favorece o bem-estar do país. Portanto, devem-se alocar os recursos humanos corretamente.

O Estado do Timor-Leste ainda tem problemas com relação a este assunto. Assim, o Governo já alocou o fundo de desenvolvimento do capital humano ou fundos especiais, a fim de corrigir este fator. Ou seja, o Timor pode se dizer um país capaz de atender a uma variedade de desafios; é o Estado que tem sido capaz de possuir várias facilidades. Uma das quais é a habilidade ou poder profissional em vários campos. Se os países não cumprem esses requisitos, isso quer dizer que ainda têm obstáculos e desafios para alcançar seus objetivos.

Sabe-se que a chave do sucesso de um planejamento adequado para melhorar o desenvolvimento urbano é o Estado já ter experiência em vários campos. Isto porque se faz necessário um novo movimento para planejar de acordo com os objetivos desejados em matéria de desenvolvimento.

Por esse razão, de acordo com Diego Marocco Alberton, Lidia Tassini Mancia e Paula Martyl de Borba (2009, p. 04),

Com a necessidade de eficácia em Recursos Humanos, face aos novos desafios, algumas empresas começaram a discutir se o formato atual da área conseguiria atender as demandas organizacionais. É neste contexto que o modelo funcional passa a ser revisto e, utilizando-se de exemplos já introduzidos em empresas americanas desde a década anterior, algumas empresas nacionais de grande porte, gradativamente, alteram o seu modelo de atuação para o de consultoria interna de recursos humanos. De forma geral, esse modelo deu-se como uma resposta da área de Recursos Humanos ao novo modelo de organização do trabalho, que exigia gestores mais preparados e apoiados para realizarem seu trabalho como líderes, demandando uma atuação mais efetiva de Recursos Humanos. Atualmente, esse modelo de atuação de RH não se

trata de algo consolidado no cenário organizacional. Ainda há dúvidas e dilemas impostos por esse modelo, que carecem de maior reflexão e discussão, tanto no meio acadêmico, como empresarial.

No Timor-Leste, até ao momento ainda falta de recurso humano para apoiar tecnicamente à relação com o desenvolvimento em diversos setores. Para resolver estas fragilidades, o governo Timor-Leste criou um fundo especializada que denominada Fundo de desenvolvimento do Capital Humano (FDCH) com objetivo enviaram os estudantes em vários países para continua aprender em diferentes áreas necessidades. Com essa maneira, podemos dizer que o governo tem responsabilidade para resolve a questão por falta de recurso humano.

#### **4.3 Não Unificações Entre Líderes e os Combatentes dos Libertadores**

Na época da resistência e luta contra a ocupação ilegal por parte da Indonésia, a unidade entre os líderes e combatentes que lutaram juntamente com a comunidade era muito sólida. Mas, após a independência, o povo timorense passou a sentir a quebra de um senso de unidade. E assim, até hoje, os partidos políticos mantêm posições ou características distintas, o que contribui para a desarticulação do povo com relação a uma proposta de desenvolvimento uniforme, capitalizando circunstâncias para fazer com que o povo compartilhe a crise de confiança nos líderes dos combatentes. Por outro lado, esta contenda também foi causada pela ideologia política que, em última instância, pode levar a diferenças de opinião entre os líderes de hoje.

Alguns líderes ainda mantêm relações de conformidade com a ideologia política socialista, enquanto outros querem a modificação ou substituição da ideologia por uma a outra, de base social-democrata.

Dadas essas disputas e diferenças da opinião, alguns líderes ainda persistem no partido da resistência (FRETILIN) e outros já estabeleceram um novo partido político para concorrer na eleição geral. Mas, no início, todos eles eram as sombras dos combatentes da liberdade. Até o momento, os líderes ainda não tiveram coragem de recriar um clima de unidade e harmonia. Se os

líderes estaduais, que são antigos generais, permanecem assim, então será pior para os jovens intelectuais, pois esses últimos ainda acham difícil tomar uma decisão na direção de construir o menor país entre os países que falam Português.

Porque eles são os pioneiros de combatentes da liberdade, então a jovem nova geração ainda respeitar aqueles que, eventualmente, pode tornar mais difícil para os jovens a se mover, mesmo que as pessoas, os jovens muitas ganharam bastante educação ajuda o precursor, a fim de realizar o desenvolvimento em vários aspectos no país sol nascente. Um fato real é o conflito entre Mauk Moruk e Xanana Gusmão.

Por muitos anos, os dois líderes enfrentaram conflitos ideológicos e políticos, os quais permanecem sem solução até hoje. Ambos têm apoio político bastante forte. Sabe-se que, se um país tem um problema e este não foi resolvido completamente, ele sempre será um obstáculo para o desenvolvimento deste país, embora o povo, em desespero, precisasse de unidade e líderes na luta em prol do desenvolvimento equitativo para todas as pessoas no Timor-Leste.

Apesar de todos os bons desejos da sociedade para unir seus representantes, os líderes de hoje ainda ignoram as expectativas das boas intenções do coração. Na verdade, eles são situação e os políticos enfrentam condições mais prejudiciais no país para inibir o processo de desenvolvimento. Porque o desacordo ambos era contínuo desde sua fase de conflito, quando ainda havia uma luta contra os militares indonésios. Então, Moruk e Gusmão conflitavam e nenhum dos lados se atrevia a ser capaz de concluir a questão, nem mesmo os funcionários militares, em luta contra a ocupação ilegal pelos indonésios.

Como resultado, até o momento, cada um pretende criar o seu próprio partido político. Xanana Gusmão separou-se do grupo de combatentes da liberdade, enquanto Moruk desempenha sua liderança política sob a organização da sociedade civil. Isto porque, por enquanto, ainda não existe um grupo como mediador para resolver esse conflito.

Para resolver o conflito entre Gusmão e Moruk, é preciso criar um grupo composto de todos os pilares da sociedade civil, principalmente os líderes da resistência, como mediadores para a negociação e alternativa de resolução dos

conflitos entre ambas as partes, sem o auxílio de um terceiro membro para buscar a solução do confronto.

Nesse sentido, o entendimento de Marina Matos Sillmann (s/d, p. 07) é que

[...] a maior dificuldade na resolução de um conflito é devido à perda da comunicação eficaz entre os conflitantes. A função do mediador é justamente para restaurar essa capacidade de comunicação através de técnicas de linguagem (abordagem em item posterior) e regras decididas entre conflitantes e mediador. O mediador não decide o conflito, mas sim encaminha para as partes a chegarem a um acordo.

Não podemos cair no participativismo populista e demagógico que vemos em algumas políticas públicas. Ao mesmo tempo, o processo de planejamento tem que ser visto como um processo que, com o tempo, leve à geração de confiança e aprendizado entre os diversos atores envolvidos na decisão para que se aprimorem na tomada de decisão conjunta.

#### **4.4 As Desigualdades Sociais no Desenvolvimento do Timor-Leste**

A questão de desigualdade social causada pela pobreza é um problema social que afeta a maioria dos países em todo o mundo atualmente. Por causa deste problema, existente em todos os países, a desigualdade afeta rica e pobre, sendo um fenômeno onipresente, especialmente em países em desenvolvimento, tais como o Timor-Leste. Por que esse problema ocorre? O verdadeiro problema, que não precisa acontecer em um novo país como o Timor-Leste, reside na inconsciência e vaidade dos líderes do Estado. Então, tal situação tinha de acontecer para, eventualmente, lançar um desafio para o desenvolvimento.

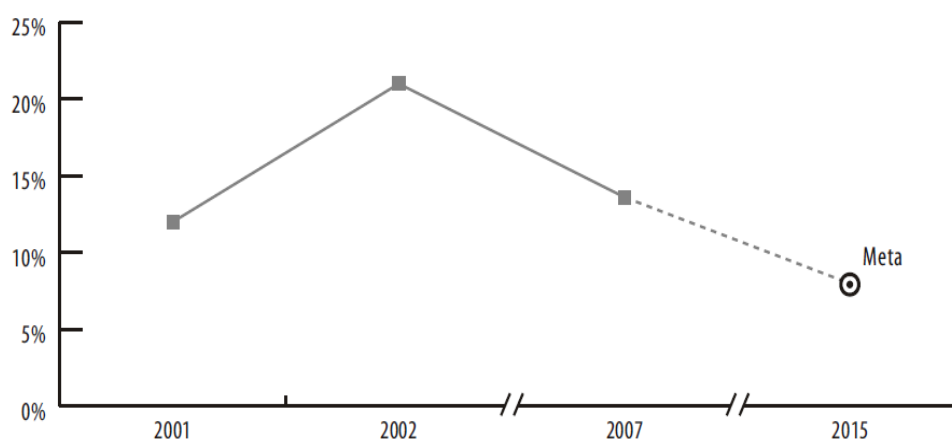
O conceito de desigualdade social é um guarda-chuva que compreende os diversos tipos de desigualdades, desde desigualdade de oportunidade, resultado, etc., até desigualdade de escolaridade, de renda, de gênero, etc. De modo geral, a desigualdade econômica – a mais conhecida – é chamada imprecisamente de desigualdade social, dada pela distribuição desigual de renda.

Porque a questão problema da pobreza não é única maneira com base na proporção da população pobre, mas também com que estava ligada base na disparidade entre a despesa dos pobres em relação ao primeiro estágio da pobreza. Houve quatro canais de informações para este indicador: relatório RDH de Timor-Leste de 2006, relatório de 2003 do Banco Mundial, Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) de 2004 e IPV em Timor-Leste de 2007. As primeiras três fontes de informação para este indicador reportaram a mesma conjuntura para 2001 e calculou o mesmo rácio do fosso da pobreza em Timor-Leste: 12%.

Apenas o relatório de 2003 do Banco Mundial apresentou um gráfico para 2002 e mostrou um aumento no rácio levada da pobreza para 21%. Em 2007, desceu para 14,9%. O relatório RDH de Timor-Leste de 2006 reportou uma meta de 8% para 2015. Não é obstante o aumento da percentagem da população pobre, Timor-Leste tem vindo a ser razoavelmente bem sucedido na redução do rácio do fosso da pobreza.

Este enfraquecimento vem demonstrar que o rendimento dos pobres sofreu um aumento efetivo, muito embora marginal, se compararmos 2007 a 2002. No entanto, o aumento não foi suficiente para permitir que estes abandonassem o seu estado de pobreza. Com o governo a concentrar a sua atenção na reunião de esforços com vista à geração de rendimentos para os pobres, revê-se a possibilidade de alcançar a meta de 8% estabelecida para o rácio do fosso da pobreza em 2015, conforme o gráfico abaixo.

**GRÁFICO 11. RÁCIO DO FOSSO DA POBREZA, TIMOR-LESTE, 2001-2015**

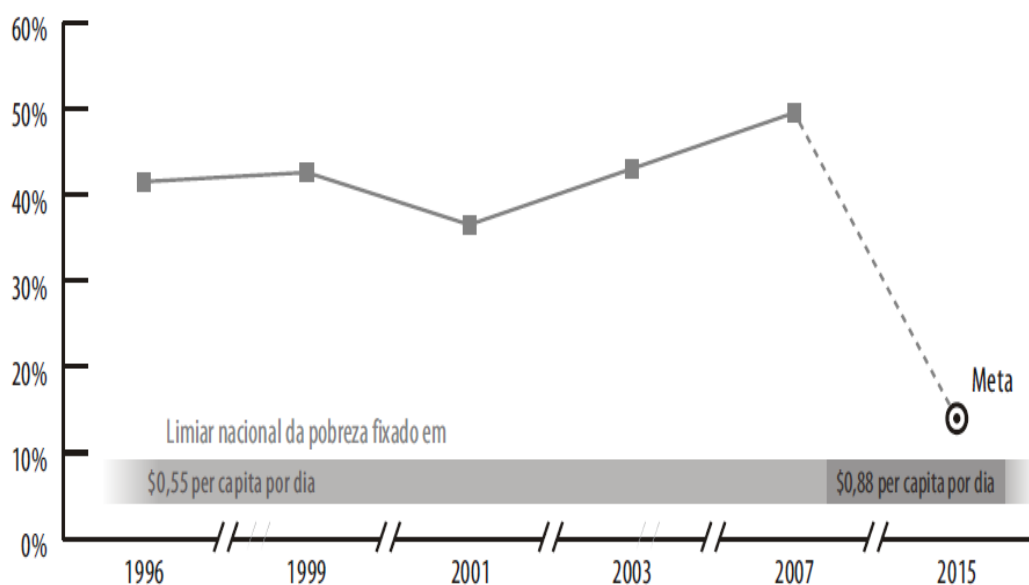


**Fonte: Dados relatório MDG 2009 em Timor-Leste, IPV em Timor-leste, 2007**

No Timor-Leste, o problema da desigualdade social é crucial, uma vez que levantou questões de disparidade salarial entre funcionários públicos, membros do Parlamento e membros do Governo. Pode-se dizer que ocorre uma lacuna entre a distância da terra e do céu, pois o Salário Mínimo estabelecido por lei a ser pago pelos serviços prestados é de apenas cerca de U\$ 115,00 por mês e, por enquanto, o salário dos membros do parlamento e do Governo é a partir de U\$ 2.000,00 até U\$ 5.000,00.

A disparidade salarial levou à discordância eloquente do povo, especialmente dos lutadores da liberdade que trabalharam como funcionários públicos, ganhando apenas um salário mínimo, enquanto há membros do parlamento e do Governo que não atuaram como lutadores e ganham entre US \$ 2.000 e US \$ 5.000. Assim, a insatisfação começou a surgir no campo dos lutadores que ganham salário mínimo, resultando em atrasos intencionais no andamento do trabalho. Então, o alvo proposto pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) parece inalcançável.

GRÁFICO 12. PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO ABAIXO DO LIMIAR NACIONAL DA POBREZA (US\$ 0,55 E \$ 0,88), TIMOR-LESTE, 1996-2007.



Fonte: Dados relatório MDG 2009 em Timor-Leste, IPV em Timor-Leste, 2007

Sobre a questão porcentagem da população de baixo do limiar nacional da pobreza, segundo os dados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), apresentada em gráfico 12 acima, no início de ano 1996 a 2001 apenas \$ 0,55 perca pita por dia a partir de 40% e ate ocorre declínio no ano 2001 para 35%. Mas após de restauração da independência em 2002 subiu para 50%. Em virtude à relação com o rendimento per capita por dia, de acordo com Plano Estratégico de Desenvolvimento para alcançar a meta de Objetivos do desenvolvimento do Milênio ate em 2015, aumenta ate \$ 0,88 per capita por dia.

#### **4.5 Índices de Desemprego no País do Sol Nascente**

A desigualdade social e a pobreza são problemas sociais que afetam a maioria dos países em todo o mundo. Como tais problemas existem em todos os países, afetando ricos e pobres, trata-se de um fenômeno onipresente, especialmente em países em desenvolvimento, tais como o Timor-Leste no momento. Por que esse problema ocorre no novo país de residência? Devido à inconsciência do líder da nação. Assim sendo, tinha-se que eventualmente lançar um desafio para o desenvolvimento.

Embora o sistema de educação ainda oscile, a cada ano sempre expede diplomas de conclusão do ensino médio, e até mesmo do ensino superior. Em especial, alguns institutos privados oferecem cursos de curta duração com semestres condensados em um período de três meses. Isto porque tis instituições ainda não dão prioridade ao objetivo de promover uma educação de qualidade, concentrando-se apenas no intuito de o aluno completar sua formação no menor tempo possível. Então, é de se esperar que os formandos apresentem dificuldades quanto ao domínio de conteúdo.

Em relação a estas questões, os alunos, de forma generalizada, enfrentam circunstâncias e obstáculos tais que se torna difícil ter uma chance real de competir em pé de igualdade, tanto no sentido de continuar a educação parental ou de conseguir um emprego. Então, à proporção se passou a expedir um número maior de diplomas, infelizmente também cresceu a incidência de graduados menos qualificados, aumentando o índice de desemprego no Timor-



Leste. Eis um grande desafio e limitação para o Estado no tocante ao planejamento e ao desenvolvimento nacional.

É sabido que o problema do desemprego é uma realidade enfrentada por países do mundo inteiro, mas cada país tem responsabilidade direta em resolvê-lo nos limites de sua nacionalidade. Assim, o Estado deve procurar as mais diversas maneiras ou soluções com vistas a sanar suas dificuldades referentes ao desenvolvimento, de modo a não enfrentar maiores dificuldades no futuro.

Além disso, a questão do desemprego é um dos maiores problemas sociais atualmente enfrentados pela humanidade no mundo inteiro. Sobre este aspecto, segundo José Nelson Reinert (s/d, p. 47-48),

[...] a dificuldade de implementação das políticas do combate ao desemprego pode ser também consequência de incompetência de descaso dos setores públicos e também privados. Ambos têm que entender que nem sempre o que é eficaz, do ponto de vista privado, é do ponto de vista público. A velha ladainha dos baixos salários para a solução do desemprego pode ser uma questão bastante ilustrativa. Do ponto de vista privado, um salário mais baixo reduz custos, aumenta margens de lucro bem como a competitiva e pode, em última análise, gerar novos empregos. Por outro lado, se todos ganham menos, compram menos, todos vendem menos e todos produzem menos, automaticamente diminuindo a massa de lucro econômico e, particularmente em função das deseconomias de escala, aumentam os custos, diminui a competitividade e, conseqüentemente, aumentam o desemprego.

Devido de as desigualdades sociais no desenvolvimento de Timor-Leste, ocorre o desemprego aumentam em todos os anos. Porque o governo de Timor-Leste enfrenta diversas dificuldades para diminuir o volume de desemprego. Isso porque, no Timor-Leste alguns institutos produz diploma por falta de qualidade da educação.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância de urbanização que estava ligado como um planejamento urbano para desenvolver um país é o esforço relevante desenvolvido pelo governo na área de planejamento, que inclui a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento de obras públicas. Este passou por diversas escalas e, nesse sentido, a questão do planejamento será representativa em relação ao objetivo do país, considerada como um instrumento eficaz para encurtar o caminho para uma posição de Estado moderno e poderoso em prol de um elevado padrão de vida.

A questão urbanização na cidade de Díli/Timor-Leste, considerado como um problema de âmbito político público, ainda está em processo, consoante o Plano Estratégico de Desenvolvimento em longo prazo para alcançar os objetivos do desenvolvimento do milênio. Isto porque, após da Independência, o país passou a enfrentar diversas dificuldades para empreender o desenvolvimento com vistas ao futuro desejado segundo a necessidade do povo.

É muito importante para não esquecer a urbanização é uma parte dos outros setores que precisa integrado no planejamento adequado para o desenvolvimento do país em diversos setores, não haverá condições de validar o objetivo de transformar o país em uma nação desenvolvida, mesmo em longo prazo. Vale salientar que, no Timor-Leste, tem havido, em grande medida, o resultado de práticas tradicionais ineficientes em termos das vantagens comparativas de cada setor e do acesso à infraestrutura.

Isto ocorre porque a vontade política pública com relação ao desenvolvimento urbano é uma ação que faz parte da agenda do Governo da República Democrática de Timor-Leste, já referenciada pelo documento designado de Plano Estratégico de Desenvolvimento do Timor-Leste de 2011 a 2030. O referido documento estabelece os objetivos para a primeira década da Independência, bem como a criação das condições básicas para a promoção da qualidade de vida, principalmente no tocante ao desenvolvimento em diversas áreas como:

- Infra-estrutura: estradas, água potável, eletricidade e urbanização sustentável;

- Capital humano: educação e formação profissional, saúde e produtividade;
- Economia: indústria, turismo, agricultura, de forma autossuficiente em termos de produtos alimentícios.

Portanto, a urbanização de cidade de Dili hoje é um tema central, considerando que a urbanização é um processo permanente de reflexão, na busca de alternativas que permitam alcançar resultados desejados no futuro, pode-se salientar que a base de urbanização é o planejamento urbano para o desenvolvimento nas zonas urbanas.

Neste sentido, é preciso lançar um novo olhar sobre o capital cultural e natural do Timor-Leste, visando uma nova fonte de geração de renda para a população, a partir de um processo de planejamento urbano que leve à geração de aprendizados entre os diversos atores envolvidos na decisão para que se aprimorem na tomada de decisão conjunta.

## REFERÊNCIAS

ALBERTON, Diego Marocco; MANCIA, Lidia Tassini; BORBA, Paula Martyl de. **O papel do consultor interno de Recursos Humanos**. São Paulo: [s.n.], 2009. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/GPR1735.pdf>>. Acesso em: 6 mai. 2015.

AUTO-0192: infraestrutura urbana e meio ambiente. Disponível em: <[www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq\\_urbanismo/.../Aula aut 0192-vias...](http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/.../Aula_aut_0192-vias...)>. Acesso em: 11 jul. 2014.

BARROS, Wellington Pacheco. A nova organização regional no sul do Brasil. In: **Curso de Direito Agrário**. 7. ed. Porto Alegre: Ed. Porto Alegre, 2012 (v. 01).

BARROSO, Lucas Abreu. **O Direito Agrário na Constituição**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

BATISTA, Getulio Teixeira; DIAS, Nelson Wellausen. **Ocupação do solo urbano: Desafios Pós Estatuto das Cidades**. 2008. Disponível em: <[http://www.agro.unitau.br:8080/dspace/bitstream/2315/146/1/Capitulo Getulio Livro GDR Ocupacao.pdf](http://www.agro.unitau.br:8080/dspace/bitstream/2315/146/1/Capitulo_Getulio_Livro_GDR_Ocupacao.pdf)>. Acesso em: 05 ago. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n<sup>os</sup> 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo n<sup>o</sup> 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n<sup>os</sup> 1 a 6/1994. 35. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012 (Série textos básicos; n. 67).

BRASIL. **Lei n. 4.504**, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm)>. Acesso em: 04 jul. 2014.

BRASIL. **Soluções alternativas para conflitos fundiários urbanos**. Brasília: Ministério da Justiça, PNUD, 2013.

CARLOS, A. F. A. Morfologia e temporalidade urbana: o tempo efêmero e o espaço amnésico. In: VASCONCELOS, P. A. & SILVA, S. B. M. (Orgs.).

**Novos estudos de geografia urbana brasileira.** Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1999.

\_\_\_\_\_. **São Paulo:** Dinâmica urbana e metropolização. Disponível em: <[www.revistaterritorio.com.br/pdf/11\\_12\\_13\\_6\\_sao\\_paulo.pdf](http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/11_12_13_6_sao_paulo.pdf)>. Acesso em: 05 set. 2014.

CARVALHO, Celso Santos; ROSSBACH, Anaclaudia. **O Estatuto da Cidade comentado.** São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010. Disponível em: <[www.ifrc.org/docs/idrl/947PT.pdf](http://www.ifrc.org/docs/idrl/947PT.pdf)>. Acesso em: 04 jul. 2014.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História.** 2 ed. Rio de Janeiro:Forense Universitária, 2002.

COELHO, Teresa Margarida Sobral Bento. **Integração econômica regional:** Que perspectivas para Timor Leste (A ASEAN e o Grupo ACP). 2003. 201f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional) – Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2003. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1546/1/Tese%20Teresa.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2014.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE. 2002. Disponível em: <[Constituicao\\_RDTL\\_PT.pdf](#)>. Acesso em: 15 ago. 2014.

ENDLICH, Angela Maria. **O estudo das pequenas cidades e os desafios conceituais:** áreas de comparabilidade e complexidade mínima. 2011. Disponível em: <[www.biblioteca.unlpam.edu.ar/pubpdf/huellas/v15a11endich.pdf](http://www.biblioteca.unlpam.edu.ar/pubpdf/huellas/v15a11endich.pdf)>. Acesso em: 06 set. 2014.

GASPAR, Jorge. **O novo ordenamento do território:** geografia e valores. Disponível em: <[www.ub.edu/geocrit/sv-39.htm](http://www.ub.edu/geocrit/sv-39.htm)>. Acesso em: 09 abr. 2012.

INFORMALIDADE URBANA: Os desafios da regularização fundiária e da reforma urbana para formação de cidade sustentável. Disponível em: <<http://www2.direito.ufmg.br/revistadoaac/index.php/revista/article/73/72>>. Acesso em: 04 ago. 2014.

INFRAESTRUTURA URBANA. Disponível em: <[www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/.../infraestrutura.pdf](http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/.../infraestrutura.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2014.

GOMES, P. J. José. **Instituto Português de Relações Internacionais, IPRI – UN.** Lisboa-Portugal, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid>>. Acesso em 5 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. A internacionalização da questão de Timor-Leste. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/ri/n25/n25a07.pdf>>. Acesso em: 7 mai. 2015.

JORNAL DA REPÚBLICA. Série 1, n. 27, edição de 10 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://www.jornal.gov.tl/>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

LINDAU, Luis Antonio. **Mobilidade urbana.** Disponível em: <[www.embarqbrasil.org/node/136](http://www.embarqbrasil.org/node/136)>. Acesso em: 05 ago. 2014.

LOPES, Edmilson a.; MENDONÇA, Francisco. Urbanização e recursos hídricos: conflitos socioambientais e desafios à gestão urbana na franja leste da região metropolitana de Curitiba (RMC) – Brasil. 2013. SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE GEOGRAFIA FÍSICA, 6; SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO DE GEOGRAFIA FÍSICA, 2. **Anais...** Disponível em: <<http://www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/tema3/edmilson>>. Acesso em: 8 set. 2014.

MARQUES, Benedito Ferreira. **O Direito Agrário Brasileiro.** 9. ed. São Paulo: Atlas S. A, 2011.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Comentários sobre o Estatuto da Cidade.** 5. ed. São Paulo: Brasil, 2002.

OS DESAFIOS DA URBANIZAÇÃO NAS CIDADES. Disponível em: <[www.peu.poli.ufrj.br/arquivos/.../MARIA\\_TERESA\\_DI\\_GIUSEPPE.pdf](http://www.peu.poli.ufrj.br/arquivos/.../MARIA_TERESA_DI_GIUSEPPE.pdf)>. Acesso em: 08 set. 2014.

OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL. Disponível em: <[www.fee.rs.gov.br/wp.../20140312desafios-do-desenvolvimento-local.p...](http://www.fee.rs.gov.br/wp.../20140312desafios-do-desenvolvimento-local.p...)>. Acesso em: 07 ago. 2014.

PIRES, Emília. **Timor-Leste census of population and housing.** Vol. 15: Atlas. Dili. 2010.

\_\_\_\_\_. **Analytical Report on Migration and Urbanization.** Vol. 7. Dili. 2010.

PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO 2011-2030. Disponível em: <<http://timor-leste.gov.tl/wp...>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

POLÍTICA URBANA NO BRASIL. Disponível em: <<http://www.arquitetando.xpg.com.br/politica%20urbana%20no%20brasil.htm>>. Acesso em: 09 abr. 2012.

RELATÓRIO OBJETIVO DO DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO. 2013. Nova Iorque: Nações Unidas, 2013. Disponível em: <[www.unric.org/html/portuguese/mdg/MDG-PT-2013.pdf](http://www.unric.org/html/portuguese/mdg/MDG-PT-2013.pdf)>. Acesso em: 05 ago. 2014.

SILLMANN, M. Marina. **Os meios alternativos de resolução dos conflitos e a importância de sua divulgação para a sociedade.** Disponível em: <[http://ejef.tjmg.jus.br/home/files/publicacoes/Artigo\\_Os\\_meios\\_alternativos.pdf](http://ejef.tjmg.jus.br/home/files/publicacoes/Artigo_Os_meios_alternativos.pdf)>. Acesso em 7 mai. 2015.

SOARES, Paulo Roberto. **Cidades médias e aglomerações urbanas: a nova organização do espaço regional no sul do Brasil.** Disponível em: <[labes.weebly.com/.../4/2/5/4/.../cidades\\_medias\\_e\\_aglomeracos\\_urbanas...pdf](http://labes.weebly.com/.../4/2/5/4/.../cidades_medias_e_aglomeracos_urbanas...pdf)>. Acesso em: 05 set. 2014.

SODERO, Fernando Pereira. **Direito agrário brasileiro e reforma agrária.** São Paulo: Legislação Brasileira, 1968.

TIMOR-LESTE. **Lei de Bases da Educação**, de 29 de outubro de 2008. Disponível em: <<http://www.me.gov.tl/lei-de-base-da-educacao>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. **A questão urbana, o estatuto da cidade e o desafio da sustentabilidade na Amazônia.** Disponível em: <[www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo/10\\_Saint%20Clair\\_20.doc](http://www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo/10_Saint%20Clair_20.doc)>. Acesso em: 08 set. 2014.

WEBER MAX, **Conceitos Sociológicos Fundamentais.** Covilhã: [s.n.], 2010. Disponível em: <[www.lussofia.net](http://www.lussofia.net)>. Acesso em: 20 abr. 2015.